

Zumay

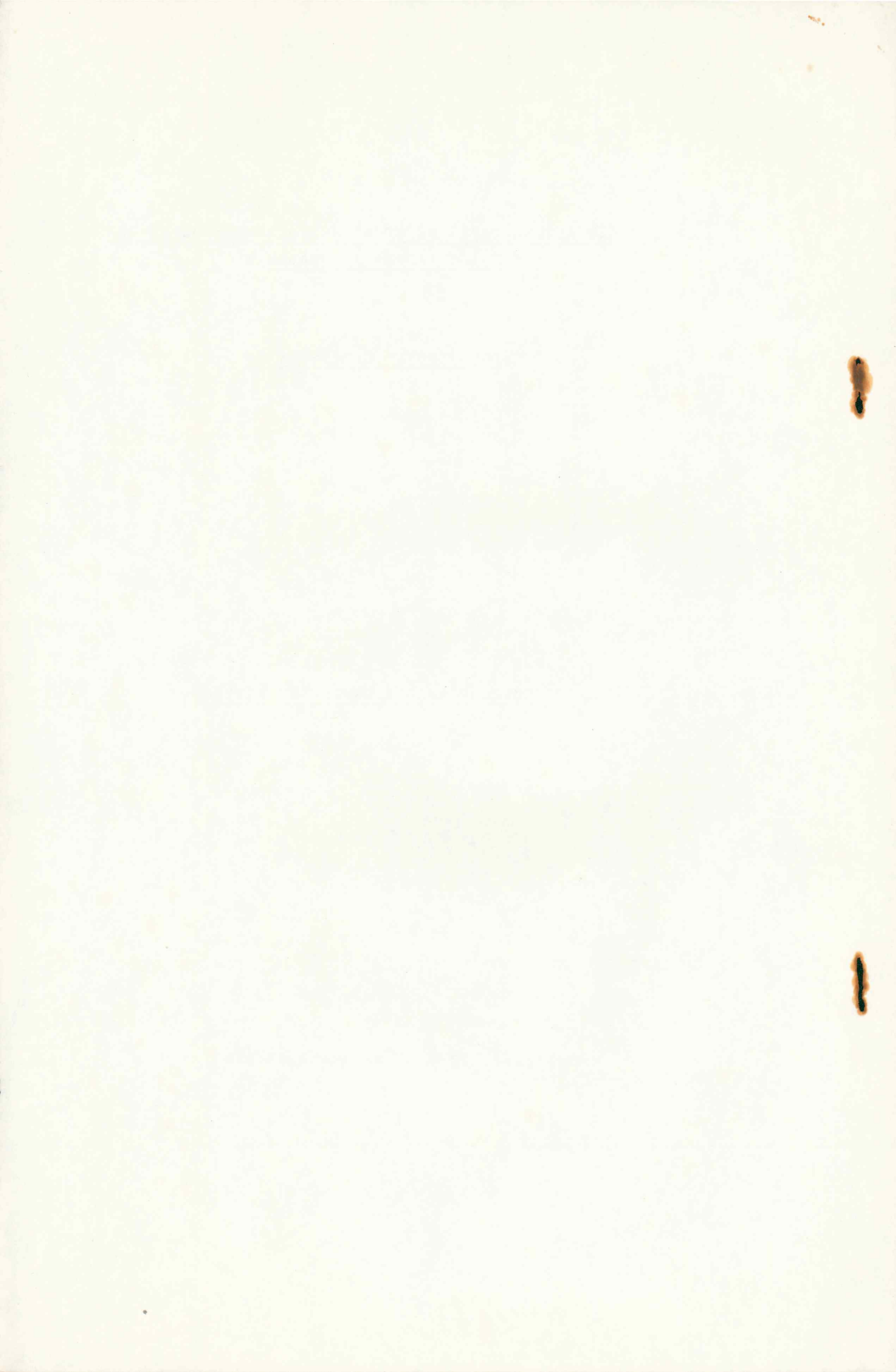
PROJETO ALTERNATIVAS DE ATENDIMENTO A MENINOS DE RUA  
( UNICEF / SAS / FUNABEM )

ENCONTRO DE COMISSÕES

CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE ESTUDO

Brasília, 13 à 16 de Junho de 1985.

1



- O temário do Encontro, ultimado pelos participantes, em plenária no dia 13 à noite, foi:

- Articulação Regional:

- filosofia, funções, objetivos
- operacionalização;
- auto gestão financeira;

- Articulação Racional - abordado os mesmos subitens.

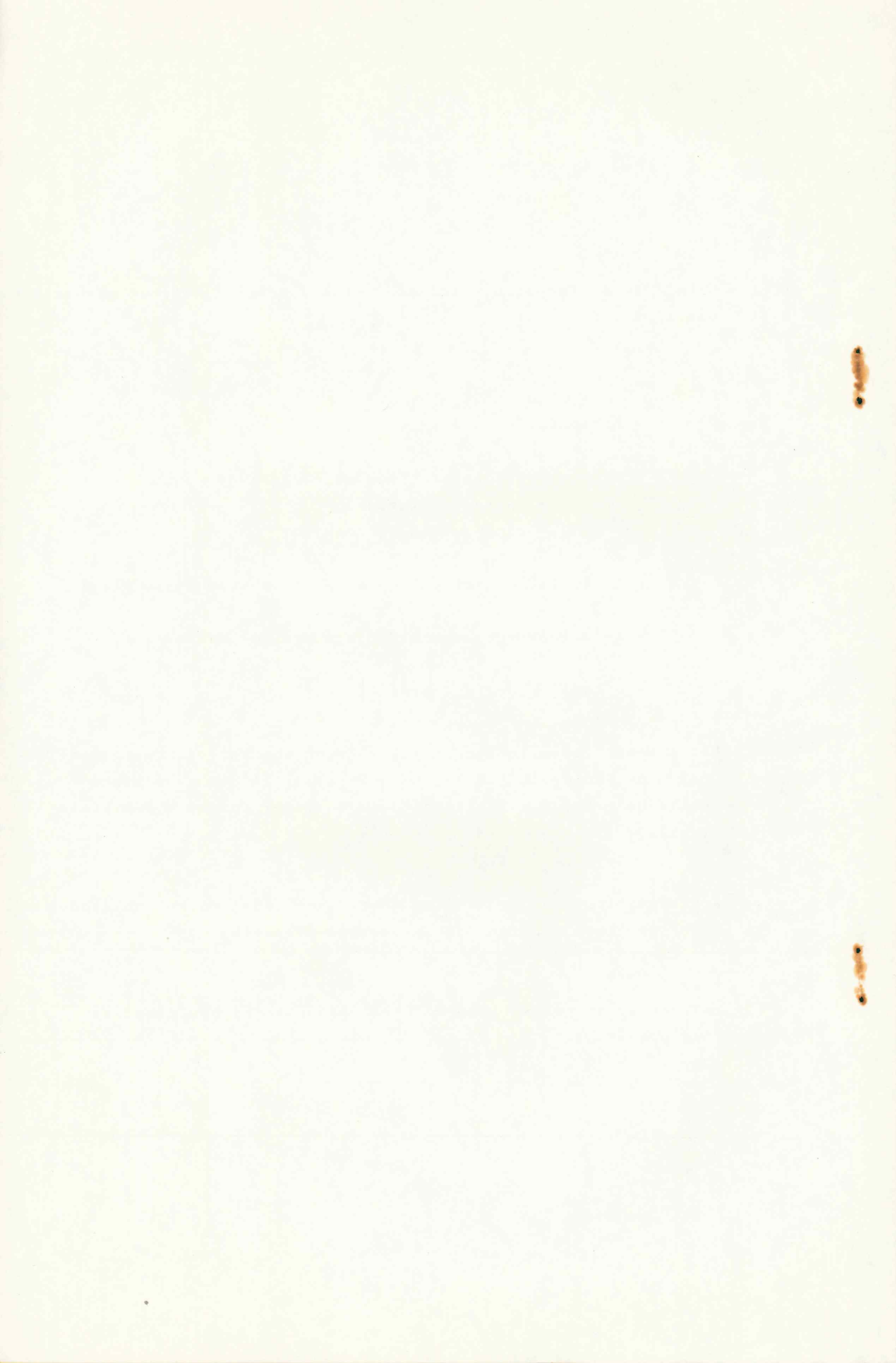
- Relacionamento com o Projeto Meninos de Rua

- O Movimento e a Constituinte.

- Estes temas foram indicados pelos Encontros anteriormente realizados: o de São Paulo (1983), o de Salvador (1984) e os cinco regionalizados - Recife, Curitiba, Juiz de Fora, Cuiabá e São Paulo (1985).

- A sistemática prevista foi de, para cada tema, serem realizados estudos em grupo seguidos de uma sessão plenária.

- As conclusões que se seguem foram apresentadas nas diversas sessões plenárias.



MOVIMENTO - ARTICULAÇÃO LOCAL

FILOSOFIA; FUNÇÕES, OBJETIVOS  
OPERACIONALIZAÇÃO;  
AUTO GESTÃO FINANCEIRA.

GRUPO 1 - (em anexo, relação dos participantes por grupo de debate).

FILOSOFIA:

- Norteada por uma ação libertadora
- Articulação a partir dos trabalhos que já estão acontecendo
- Criar uma consciência crítica na criança de forma que a mesma seja agente de transformação, com participação plena em todas as decisões dos trabalhos.
- Unir os Trabalhos de Base com o objetivo de fortalecê-los
- Que As Comissões tenham o compromisso de efetivar essas ações para que represente o movimento
- Que todas as decisões voltem as bases ou tenham o reflexo das mesmas
- Que a filosofia seja um elemento norteador da prática das comissões.

FUNÇÕES E OBJETIVOS:

- "Tradução" da filosofia
- Deve estabelecer etapas de sensibilização, abertura de espaço e trabalho conjunto

OBS: Articulação Local: Consideramos como a ação desenvolvida em bairros e/ou municípios e/ou áreas.

OS PRINCÍPIOS DE UMA AÇÃO LIBERTADORA:

- Existir "COM", ao invés de "PARA" a população
- Estimular a organização das classes populares
- Vinculação com os interesses das classes populares
- Ser elemento animador ou participante de todos os movimentos ligados às ações com menores.



- Ouvir e pensar junto aos menores e às comunidades
- Ação Dialética: Ação / Reflexão / Ação

OBJETIVOS E FUNÇÕES: A sistemática de atuação e articulação está ligada a este ítem.

- Sensibilização:

. A comissão do elemento estimulante e participante

através de: - Noites de reflexão  
 Encontros  
 Seminários com pessoas  
 Estágios direta ou indiretamente  
 Cursos ligadas à causa do menor

- Utilizando os  
 meios de comunicação

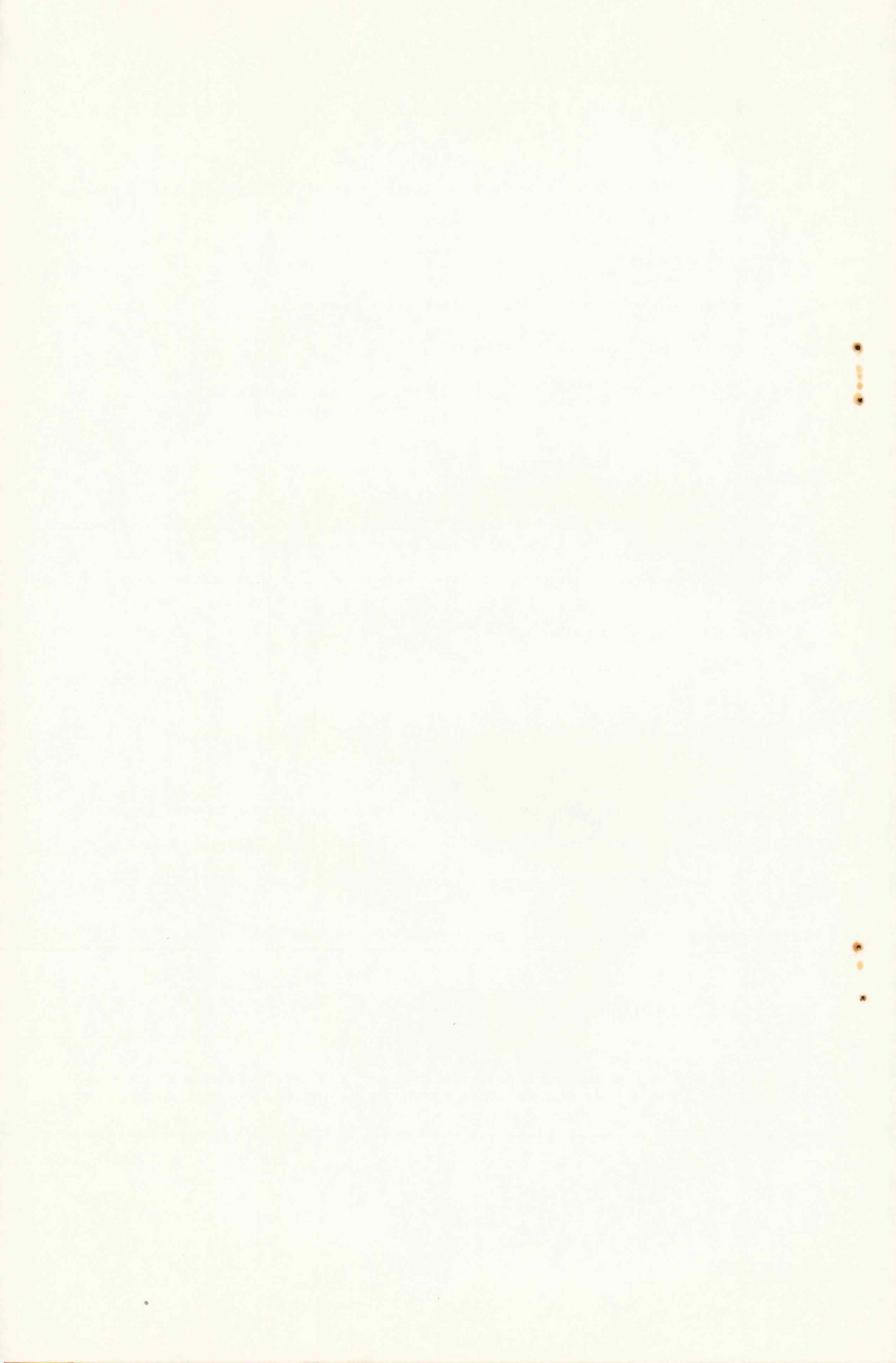
- Abertura de espaço junto aos Órgãos e Instituições afins através do envolvimento e integração de pessoas que estão envolvidas no processo.
- Abertura de espaço onde possam aflorar as contradições e os conflitos do trabalho.
- Trabalho sempre em conjunto
- Formação dos Agentes PARA e NA ação.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO:

- 1 - É importante que tenha coordenação e elemento estimulador em cada grupo local.
- 2 - A adesão à Comissão é comunitária e não por imposição externa.
- 3 - (Isto implica) que os elementos participantes estejam identificados com a filosofia da Comissão.
- 4 - Os membros da Comissão não representam suas entidades de origem.

AUTO GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Exigir dos Órgãos ligados à Política do Menor colaboração financeira para as Comissões a fim de que a mesma tenha condições de fortalecer e executar o seu trabalho.



- A nível local utilizar recursos da Comunidade.
- Que o Projeto possa facilitar convênios (recursos internacionais e federais)

### GRUPO 1

#### 1 - RETOMADA DA OPERACIONALIZAÇÃO E AUTO-GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA.

- Reforçarmos as sugestões anteriores acrescentando as seguintes observações:

##### a) Operacionalização

- . Que estes estudos sobre "Comissão Local" sejam avaliados em seu grupo local, de forma concreta, para uma reavaliação mais tarde.
- . Faltam materiais, experiências relatadas que auxiliem na reflexão dos grupos: documentação, notícias, etc...; utilizando mais os recursos do Projeto.
- . Que haja uma organização maior do grupo para que possa exercer maior pressão junto aos órgãos públicos.

##### b) Auto-gestão financeira e administrativa

- . Devemos pedir aos órgãos e entidades públicas e particulares
- . Angariar fundos nos desvia do trabalho com os meninos, e não é justo eximir o Estado de sua obrigação.
- . Devemos buscar a organização de base, formando um grupo que junto com o Projeto irá buscar fundos.

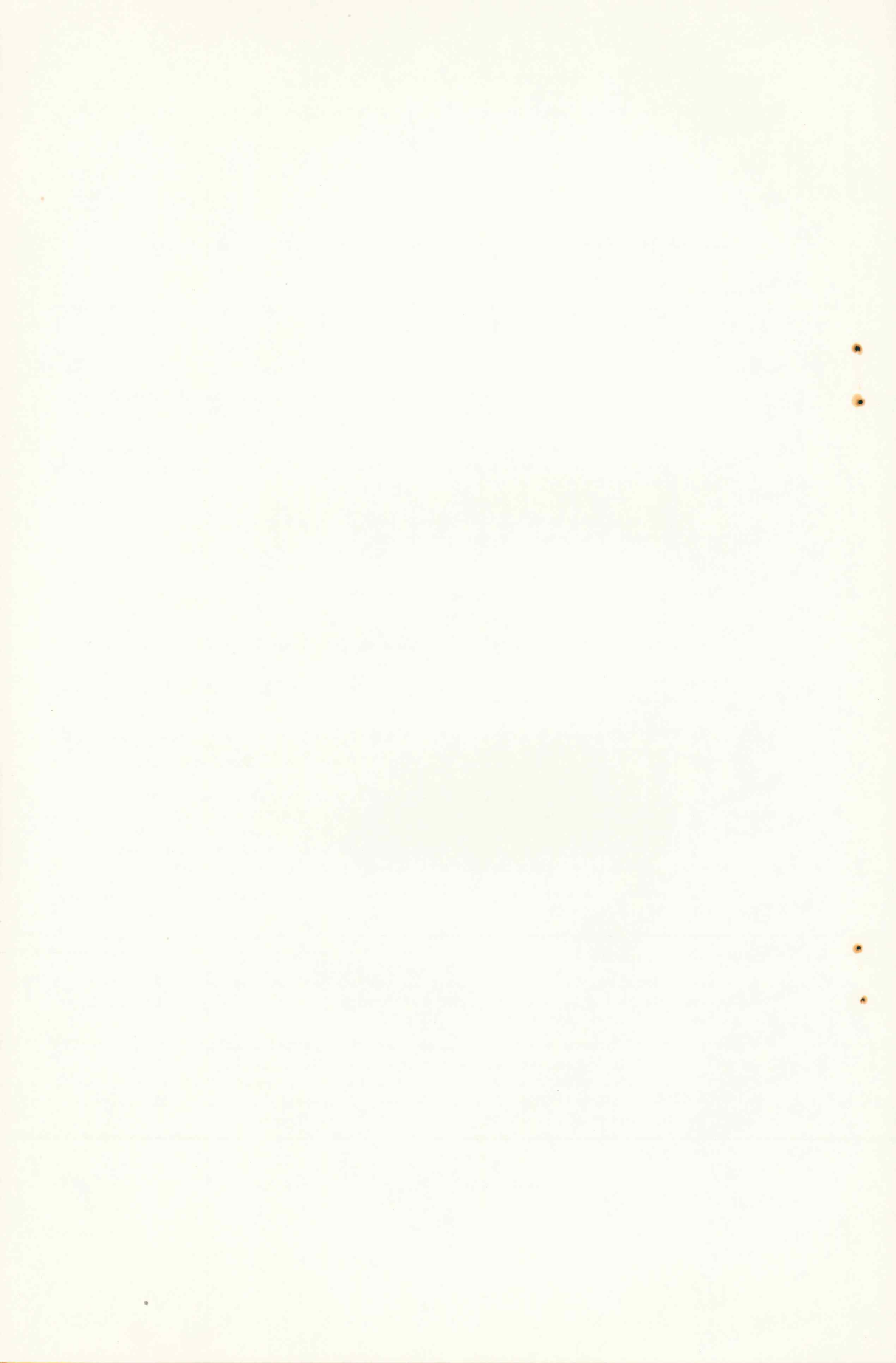
Operacionalização da Filosofia, a partir de ações concretas:

- Conviver com o menino na rua, seja qual for sua condição de vida, respeitando as características individuais ou grupais (trabalhadores, perambulantes).
- Ter clara a proposta pedagógica libertadora, sem uma queima de etapas, que poderá prejudicar ou retardar o trabalho.

(Perspectiva do educador x Perspectiva do menino = partilha do poder; busca conjunta da educação).

A prática educativa libertadora não pode ser um processo de castração e anulação. É preciso que as estruturas de poder sejam rompidas. Este é o grande desafio pedagógico da educação libertadora.

- Há necessidade efetiva de que o menino participe de todas as etapas do processo de sua organização, enquanto categoria oprimida. Ex: Associação de Catadores de Papelão (S.P.); Cooperativa de Picolezeiros (Jaboatão); Cooperativa das meninas do Café (S.P.); República do Pequeno Trabalhador (Belém); Núcleos de Meninos (SP) Grupo de engraxates (Medianeira (PI); etc.



Que esta participação efetiva aconteça em todos os momentos da convivência com o menino: no lazer, no planejamento do trabalho e de outras atividades, na divisão de tarefas, na análise dos custos, nos contatos com a comunidade, na partilha de lucros etc.

Conclusão: Somos um movimento que quer assumir junto com a classe popular, seus anseios de organização e libertação. Não visamos a atuação direta nas instituições, mas, como estratégia de ação, pretendemos, unidos aos demais movimentos populares, pressioná-las para que façam uma revisão e reestruturação de sua prática pedagógica, extremamente defasada.

### ARTICULAÇÃO LOCAL

A Comissão local deverá ser constituída por pessoas que estejam diretamente ligadas ao trabalho com o menino e ou que sejam necessariamente comprometidas com a causa, vez que, a questão da criança de rua não é isolada mas, está inserida no bojo das questões sociais maiores.

Este comprometimento se traduz na observância dos princípios que regem o movimento.

- 1 - O menino é o agente de sua própria história, promotor de uma nova sociedade, justa, fraterna e participativa em conjunto com todos os segmentos oprimidos que hoje lutam por uma libertação.
- 2 - Esta comissão deverá ser aberta, ecumênica, inter-institucional e crítica.
- 3 - Esta comissão deverá ser criada e incentivada por uma necessidade local, não subordinada a injunções Político-partidária.
- 4 - Respeitar e estimular a participação efetiva da comunidade nas propostas de trabalho, procurando estar junto com os demais movimentos organizados.
- 5 - Articular a participação de Órgãos Oficiais nas Comissões e sua integração com a Comunidade, preservando a independência e autonomia de cada grupo.
- 6 - A comissão deverá ter uma busca incessante de formas alternativas de Educação fundamentada na realidade existencial do menino empobrecido.

### OBJETIVOS:

- 1 - Articular, anunciar e facilitar o surgimento de novas Comissões.
- 2 - Ser porta-voz a nível estadual e conseguir recursos financeiros que não criem dependência para a Comissão Local.
- 3 - Ser canal para se chegar ao poder Central, denunciando o genocídio contra os meninos, exigindo que a lei seja revista e cumprida.
- 4 - Legitimar o movimento a nível regional e nacional, tornando-se uma força política.



- 5 - Desenvolver um trabalho de ação libertadora criando uma consciência crítica que transforme as estruturas injustas da sociedade.

### GRUPO 3

#### ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES LOCAIS

- 1 - Promover a afluência de elementos pertencentes a movimentos populares junto da Comissão, a fim de se discutir o assunto "Menino de Rua" como causa comum a tais movimentos.
- 2 - As Comissões deverão ser compostas de:
  - a) Pessoas preferencialmente ligadas a ações com Meninos de Rua;
  - b) Pessoas comprometidas com a causa.

#### SISTEMÁTICA DE ATUAÇÃO E ARTICULAÇÃO

A partir deste Encontro caberá às comissões:

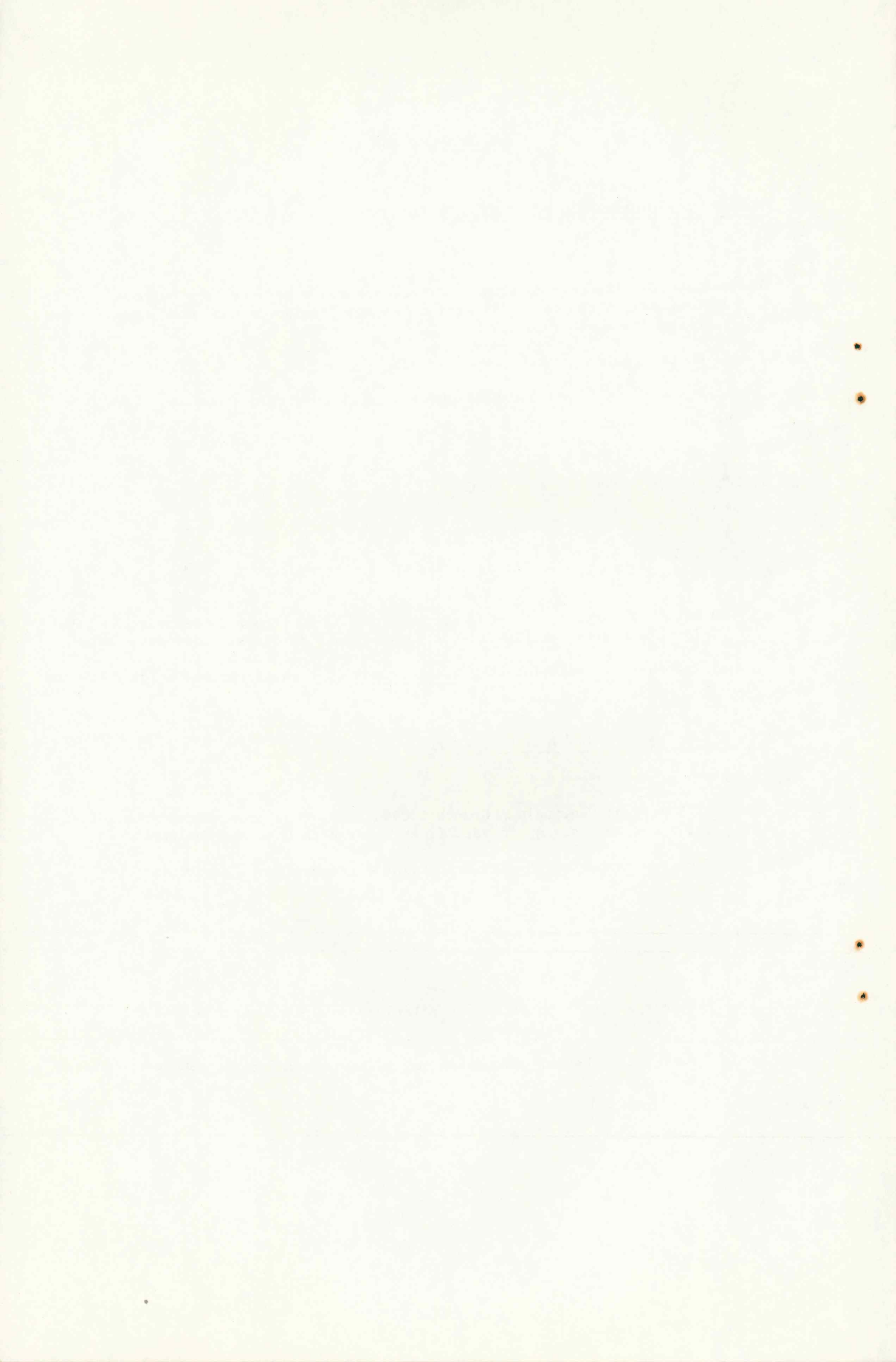
- a) Descobrir em sua área geográfica o que há em termos de organização popular e comunitária. (Sindicatos, associações de classe, movimentos etc)
- b) Promover intercâmbio entre estes Grupos em torno da problemática do menor.

#### AUTO GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- As Comissões Regionais / Grupos locais farão suas programações com solicitação dos recursos que deverá ficar a cargo da Comissão Nacional.
- Recursos também a cargo da criatividade das comissões Regionais.

#### DIVULGAÇÃO

- Divulgar a ação e as situações relativas ao menor, através de todos os meios possíveis, tais como:
  - . colégios, debates, universidades, juizes, secretarias, camadas populares, etc.



- . passeatas, comícios, ato público
- . Imprensa (buscar espaço nos jornais, TV, rádio)
- . Exposição de fotografias
- . Faixas, Camisetas.

#### GRUPO 4

Filosofia

ARTICULAÇÃO LOCAL:   Objetivos

Funções

A luta do oprimido ainda é uma causa marginalizada. A instituição é um espaço altamente contraditório, onde se vive muitas contradições. Sua prática é reproduzir a estrutura social existente. Embora tenham iniciado com "boas intenções", perderam-se transformando os meios em fins e passaram a servir a si mesmas, tornando-se verdadeiros atravessadores.

O voluntariado reflete a preocupação de uma parte da sociedade e faz um trabalho que caberia as instituições. Seu trabalho isolado corre o risco de não garantir uma continuidade.

#### OBJETIVO -

- Adotar uma postura que garanta uma ação conjunta, onde a criança e o adulto possam ler, criticamente, a realidade e nela intervir.
- Garantir a defesa dos direitos da criança enfatizando todas as relações sociais de produção, capital e trabalho.
- Ver a criança como um ser completo sem esquecer a sua perspectiva de futuro.
- Fortalecer o movimento, integrando-o nas lutas populares.

#### FILOSOFIA -

Ter uma práxis (transformadora que conduza a uma libertação).

Se não houver uma libertação através de uma ação do indivíduo, estamos sendo apenas reformistas e nunca transformadores e libertadores.



## ESTRUTURA - ORGANIZAÇÃO - AUTO SUSTENTAÇÃO

Todo movimento surge a partir de uma reivindicação. Se os elementos interessados nessa reivindicação não estão presentes (os oprimidos) nesse movimento, ele não é legítimo e corre o risco de se esvaziar.

Enquanto ele não estiver junto às lutas populares, não vai ter força nem para gerar mudanças.

A falta de legitimidade, ainda se constitui um entrave na caminhada das Comissões. Todavia "o direito vem sempre depois dos fatos", pois só podemos nos legitimar através de uma ação.

Enquanto usarmos o nome do UNICEF e do PROJETO só estaremos ajudando a legitimá-los cada vez mais. A partir do momento em que nos organizarmos é necessário que usemos nosso próprio nome e nos legitimarmos através de uma prática.

Se formos capazes de legitimar um processo desse porte, por que não somos capazes de legitimar esse movimento?

Precisamos do apoio do Projeto para viabilizar algumas ações uma vez que são essas ações que vão nos legitimar.

O apoio das bases vão também garantir essa legitimidade e esse apoio só poderá acontecer quando formos representativo das mesmas.

## ESTRUTURA -

As Comissões locais devem seguir seu rumo próprio com uma unidade (pontos em comum) e uma representatividade a nível regional.

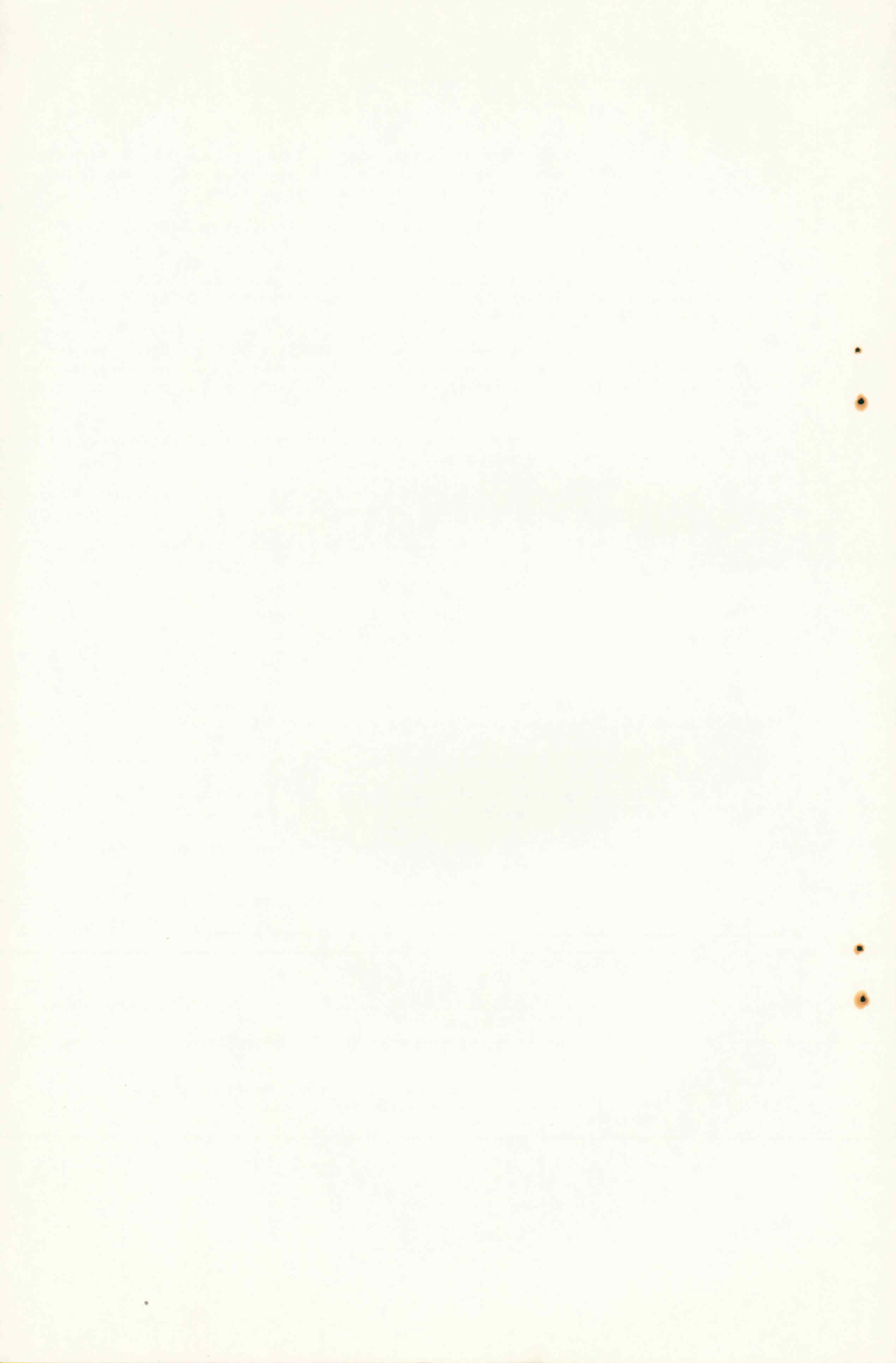
Ponto fundamental da unidade:

- Se pararmos em pontos específicos, como por Ex: a geração de renda, só estaremos produzindo operários padrão.
- Se não houver a libertação do menino uma consciência crítica, estaremos sendo simplesmente reformistas.
- Garantir para que a questão financeira não seja prioritária.

## AUTO GESTÃO FINANCEIRA:

Alternativas:

- Verba do exterior para manutenção das Comissões, com apoio do UNICEF.
- Fazer ingerências junto aos órgãos oficiais para que destinem, em seus orçamentos, verba para o movimento.



Articulação - A articulação deve ser feita a partir de pessoas, grupos, entidades, movimentos, tanto em nível local, regional e nacional.

#### GRUPO 5 -

#### FILOSOFIA -

- Lutar pela reconquista de direito da cidadania.
- Trabalho que vise a transformação da sociedade para uma sociedade mais livre, soberana e justa através do desenvolvimento de uma consciência crítica a partir da base (todos segmentos da sociedade).
- As comissões não devem ser políticas partidárias.
- A preocupação das comissões não se restringe agir a uma parcela estigmatizada com o menino de rua.

#### OBJETIVOS/FUNÇÕES

- 1) Sensibilizar e mobilizar a comunidade para que haja maior participação na comissão e conseqüentemente tornando-a mais representativa.
- 2) Procurar articulação e integração com os órgãos públicos (executivo, legislativo e judiciário) e privados com o fim de a curto prazo se trocar serviços e a medir a longo prazo de influir na elaboração de uma política social.
- 3) Realizar encontros comunitários nos bairros (4 trabalhos destacados em cada bairro e líderes formais e informais) que fortalecerá o primeiro objetivo com o fim de detonar uma ação concreta como não exista. É que viriam convergir num grande encontro de municípios criando um fato político e público.
- 4) Criar oportunidades de formação e treinamento e reciclagem de pessoas que trabalham diretamente com a criança.
- 5) Trocar experiências com outras comissões.
- 6) Denunciar fatos ou ações que vão contra o direito do menor.

#### ESTRUTURA - ORGANIZAÇÃO - SISTEMÁTICA DE ATUAÇÃO

- . Grupo comprometido e preparado para o trabalho do qual faça parte uma equipe fixa.
- . O Grupo deve ter uma coordenação; e todos os elementos devem ter funções.
- . O Grupo deve ter legitimidade e deve ter saído da própria comunidade.
- . Esse grupo deve ser capaz de realizar uma articulação política.



- . O Grupo deve preocupar-se com o estudo e reflexão sobre a problemática da criança.
- . O Grupo (a Comissão) deve ser auto-suficiente
  - cobrando das instituições públicas aquilo que é direito da criança.
  - criando alternativas para obtenção de verbas.

#### DIVULGAÇÃO

- . Há necessidade de se documentar e circular as experiências (incentivo a pesquisa)
- . A divulgação deve ser sistemática
- . Deve-se informar a comunidade as ações que estão sendo executadas (descrevendo o programa - o trabalho das crianças).

#### AUTO GESTÃO ADMINISTRATIVA

- A obtenção de recursos financeiros pela Comissão local na comunidade desgasta as suas funções e objetivos mais importantes e imediatos, motivo pelo qual se deve utilizar recursos públicos e do projeto.

No Projeto o recurso para locomoção; semitâgio, treinamento; estágio; documentação e outros para acelerar o movimento e/ou fortalecer.

Algumas sugestões a nível local são:

- reprodução de documentos: ex: literatura de cordel para venda; programação técnica e cultural com taxas.

#### DIVULGAÇÃO -

- Utilização dos meios de comunicação
- Encontros, debates, seminários.
- Presença participante nos movimentos populares (atos públicos, culturais, etc...)
- Panfletos
- Literatura, camisas, broches



ARTICULAÇÃO -

- Articulação com todos os recursos e segmentos
- Grupo destaca a articulação das comissões - num primeiro momento a nível de sub-região e estadual.

FILOSOFIA

Ação libertadora: desenvolvimento de consciência crítica - ter espaço para discutir o cotidiano com o menor, comissão e "comunidade" discutir = ler, criticar e propor em cima dos assuntos e temas do cotidiano.

Reconquista da cidadania.

GRUPO LOCAL:

- Composto pelos diversos segmentos da comunidade, com elementos que trabalham direta ou indiretamente com a criança e que estejam comprometidas com a "causa". E quando possível contar com a participação da própria criança.

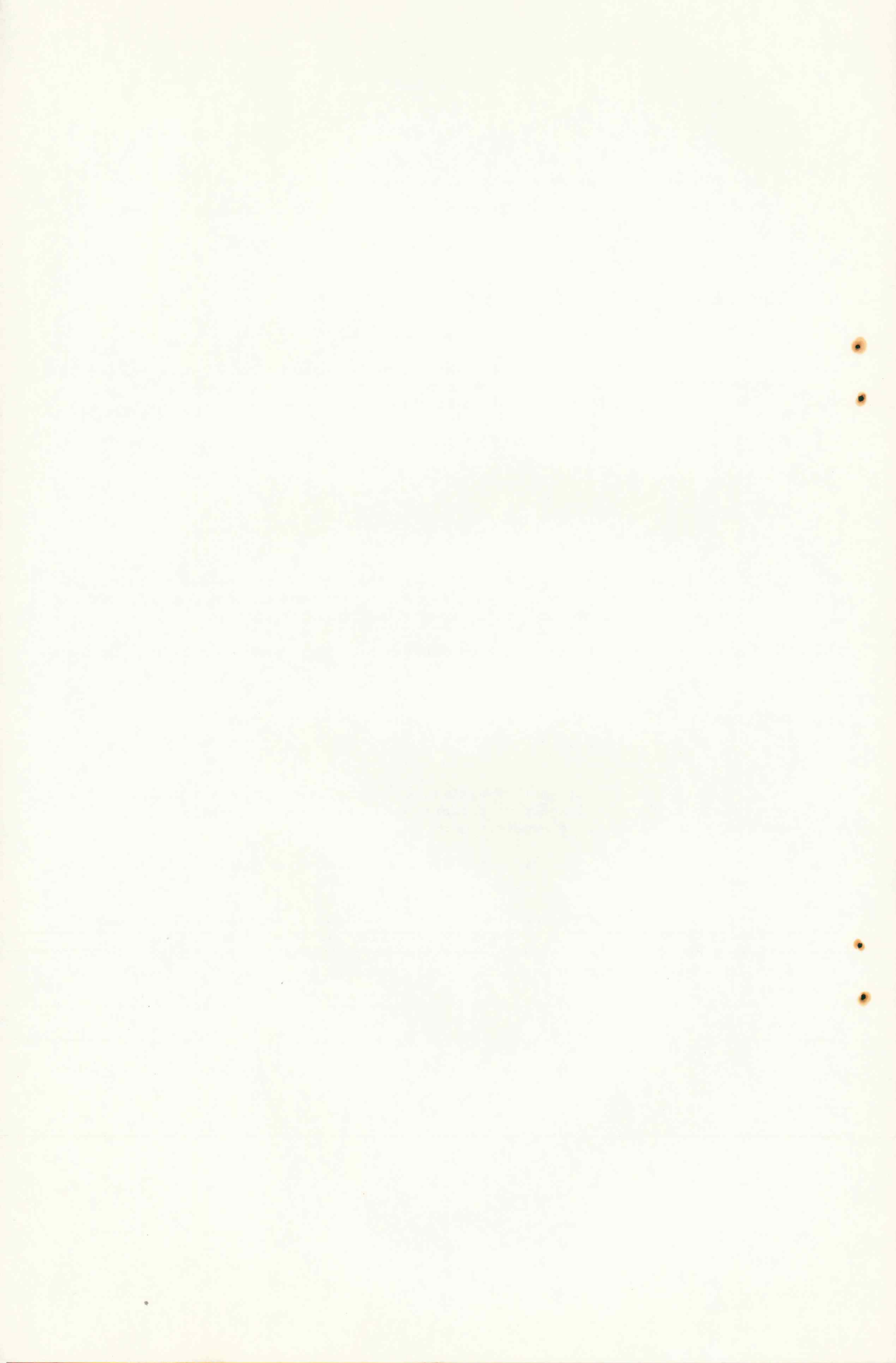
OBS: Não deve estar atrelado a nenhum partido político, segmento religioso ou mesmo a uma instituição.

ORGANIZAÇÃO

Para melhor agilização as comissões podem ser divididas em sub-comissões. Ex: divulgação; secretaria, apoio técnico, tesouraria; com a flexibilidade e de acordo com a necessidade.

A maioria das comissões possuem coordenador - eleito de 06 em 06 meses.

Em alguns locais estão sentindo a necessidade de institucionalizar a comissão local ou seja ter personalidade jurídica, para obtenção de recursos financeiros. Há contudo o receio de que seja mais uma instituição que venha restringir o movimento popular. Outras comissões não sentiram ainda esta necessidade.



GRUPO 6

A FILOSOFIA que deve permear a vida e a ação do grupo ou comissão local deve ter um sentido de:

- . respeito a condição e os direitos da criança, sem desconhecer a sua realidade social;
- . discussão do cotidiano com as crianças
- . discussão de sentido real de sua liberdade
- . buscar realizar a leitura existencial dessas crianças de rua

de modo a entender o seu mundo e juntos buscar as soluções.

OBJETIVO: Problematizar a nível da sociedade a questão "da criança de rua"

Ex: teatro

"Essas crianças vivem um drama que deve ser levado efetivamente ao conhecimento da sociedade; e modo que ela participe e se responsabilize por um drama que ele mesmo criou, para que as crianças representassem:

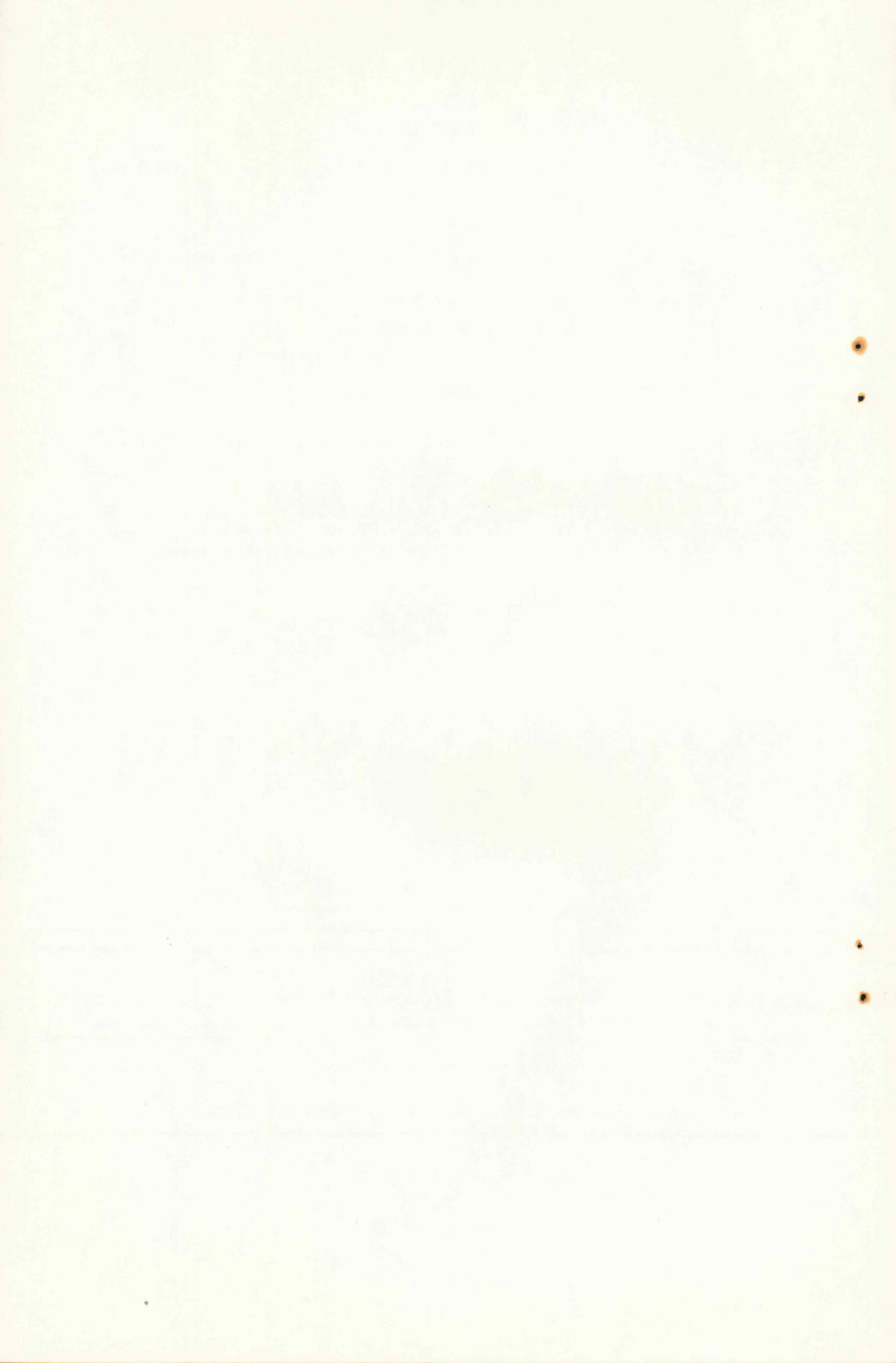
Funções: articulador  
sensibilizador  
educador  
aglutinador

ARTICULAÇÃO NACIONALGRUPO 12 - COMISSÃO NACIONAL:

a) Filosofia: entendemos que é a mesma do grupo local

b) Objetivos e Funções:

- 1 - ser estimuladora, animadora, problematizadora
- 2 - Defender os interesses das Comissões Locais no sentido de mudança e posicionamento nas ações.
- 3 - Organizar encontros, debates, seminários, estágios, etc., de interesse nacional.
- 4 - Divulgação da filosofia da Comissão para maior sensibilização nacional em torno da criança.



- 5 - Essa Comissão Nacional tem um ano e meio para ir assumindo a coordenação e estimulação do crescimento do movimento e se legitimar junto ao Projeto. O trabalho deve ser em conjunto com o Projeto, aproveitando os recursos econômicos para abrir espaço para outros recursos, fontes, buscando o apoio em termos de assessoramento, aproveitando a experiência acumulada nesse tempo anterior.
- 6 - Fortalecer as Comissões Locais e Regionais, através de reuniões, encontros...
- 7 - Ser instrumento de pressão junto as esferas de Poder.
- 8 - Deve-se dançar com todo mundo; mas casar jamais - deve ser uma comissão "celibatária". Não se atrelar com nenhuma Instituição, mas se integrar com todos, garantindo a independência.
- 9 - Articulação com as associações de classes (profissionais, sindicatos etc...) e diversos segmentos da sociedade civil.
- 10 - Junto com o Projeto reivindicar nos Ministérios (Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social) os recursos e mudanças necessárias em prol das crianças.
- 11 - Defender os direitos das crianças e enunciar o não cumprimento desses direitos.
- 12 - Acompanhar a nível de órgãos públicos a elaboração e encaminhamento de seus orçamentos públicos.
- 13 - Mobilizar a comunidade em torno da elaboração da nova constituinte, se engajando nos movimentos existentes, buscando as entidades responsáveis pela questão do menor essa mobilização.
- 14 - Evitar que a comissão não deve se queimar, nem em comportamentos, nem em resgates para agir com maior liberdade, tendo como causa única a criança.

ARTICULAÇÃO NACIONAL -GRUPO 1

1 - Comissão já ou mais tarde?

Já. Nesse Encontro

2 - Eleição:

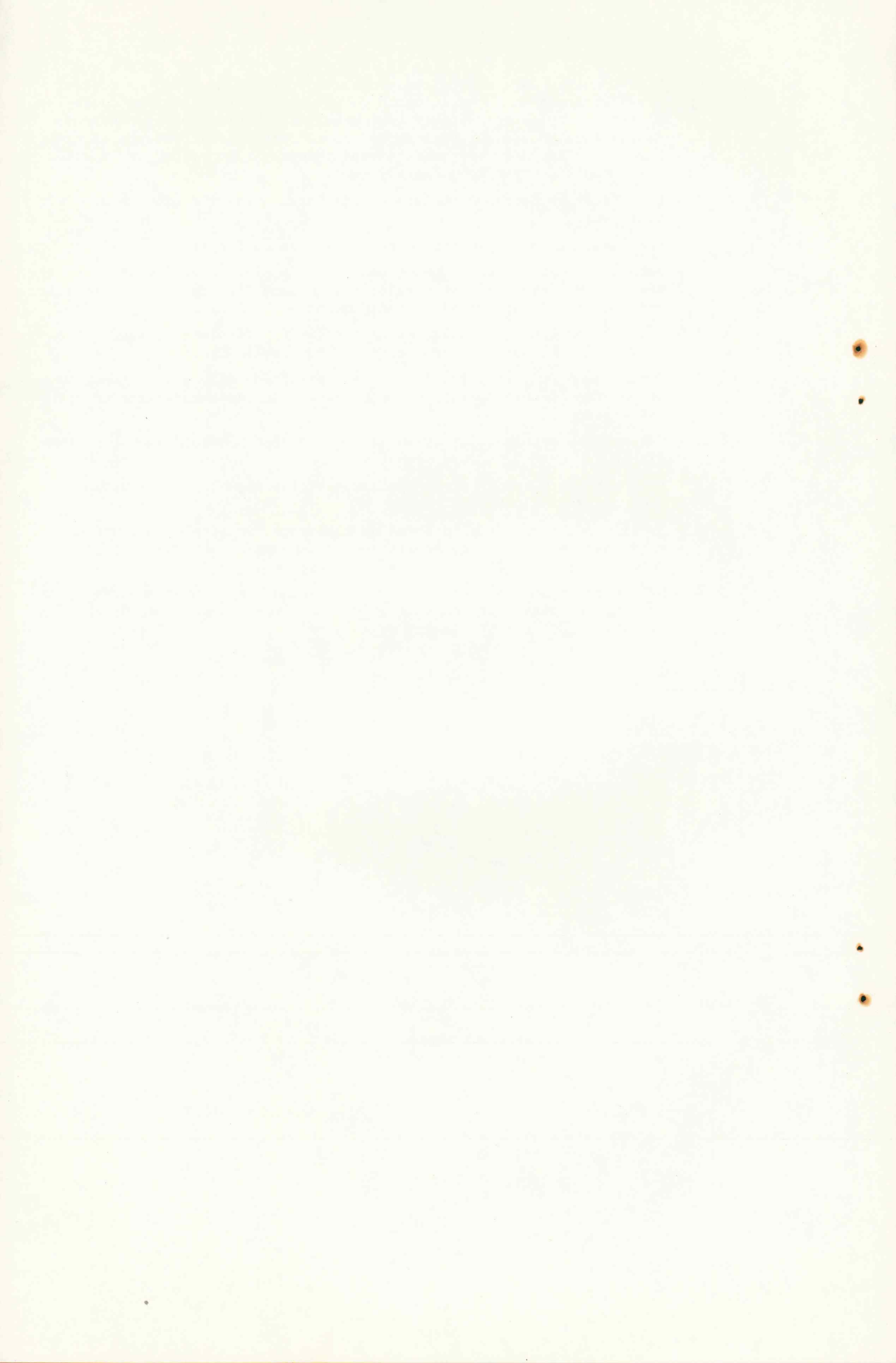
Por Região.

3 - Forma:

1 mês p/ legitimar  
6 meses p/ avaliar  
1 ano de mandato

4 - Número de Representantes:

2 pessoas por região - 3  
3 pessoas por região - 6



## 5 - Organização e Extruturas

- 4 Reuniões por ano - a cada 3 meses

ou

Reuniões extraordinárias quando se fizer necessário.

- Para que?

Para concretizar e viabilizar as funções definidas para a Comissão Nacional.

- Como?

- Inicialmente utilizando-se da Infra-Estrutura do Projeto e do apoio e assessoramento de sua equipe.

## 6 - Operacionalização

- Coordenação por Estado.

- cada estado, considerando suas peculiaridades, indicará a composição de sua Representação no Regional, levando em conta o Processo de Trabalho com os campos locais e Regionais.

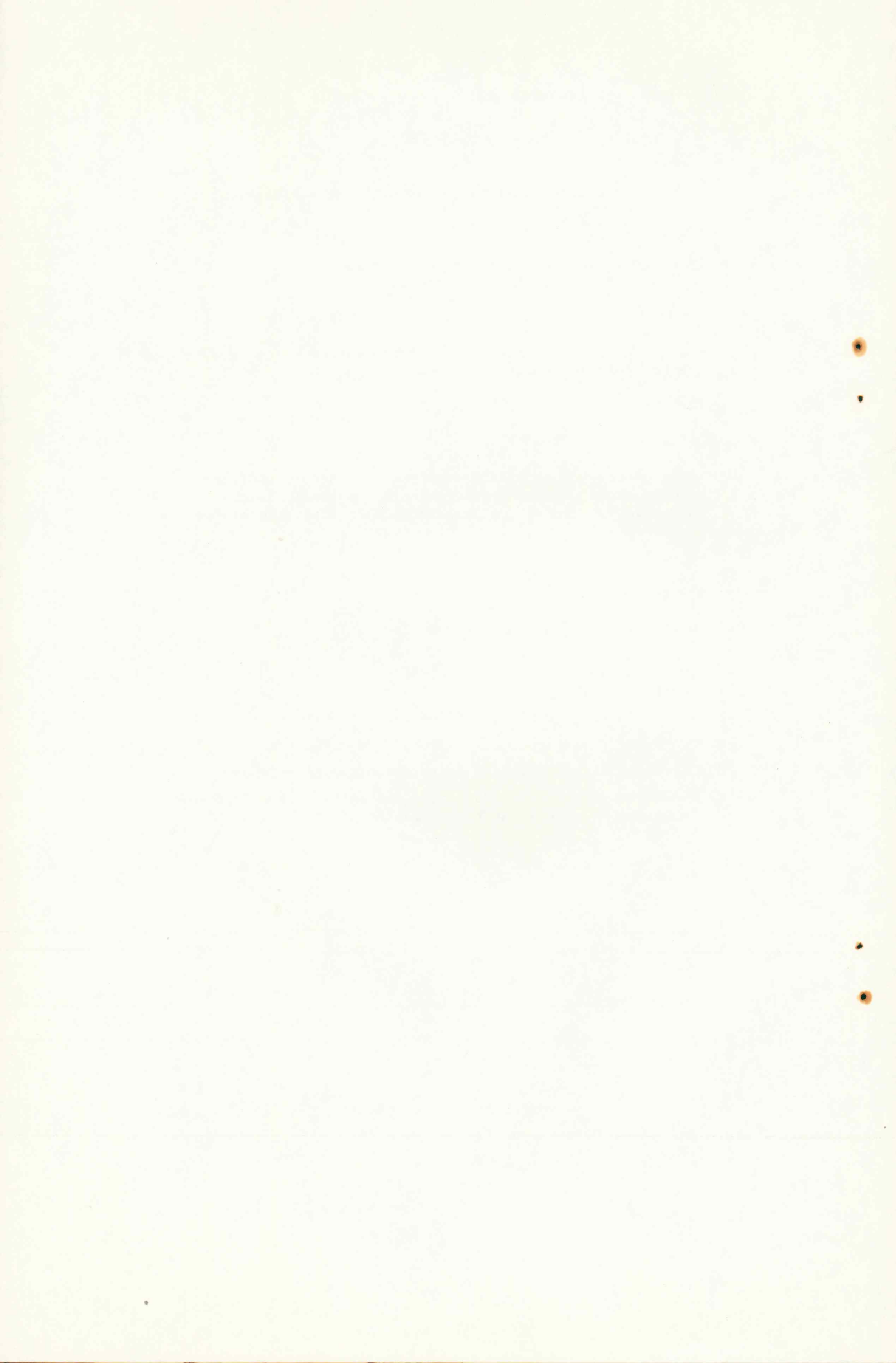
Observações Gerais:

## 1 - Características de um Representante Regional:

- a) Que tenha uma vivência do trabalho (se já trabalhou ou está trabalhando)
- b) Que se identifiquem com a filosofia do movimento.
- c) Que tenha participação da caminhada do movimento.
- d) Que tenha disponibilidade de se encontrar no processo
- e) Que não represente os seus valores pessoais e sua Instituição de origem, mas se identifiquem essencialmente com a base.

GRUPO 2CONCLUSÕESPontos a serem discutidos

- Filosofia da Comissão Nacional
- Objetivos e Funções
- Organização e estruturação
- Perfil do Representante da Comissão Nacional



1 - Questão de Representatividade, aqui no encontro.

Quem são as pessoas aqui presentes?

Alguns elementos tem apenas 2 meses de participação no Movimento

2 - A filosofia da Comissão Nacional. Quanto aos princípios norteadores serão os mesmos da Comissão local.

3 - Funções: as mesmas só que em caráter nacional.

4 - Sugestão para organização e estruturação

A Comissão Nacional deverá ser constituída por 2 representantes de cada região geográfica porque:

Justificativas:

- a) Dimensão geográfica;
- b) Equilíbrio na representatividade para não repetir comportamentos opressores (Já configurados como uma prática nacional)
- c) Viabilidade de melhor funcionamento da Comissão.

Ex: Por estado seriam 23 representantes  
Por comissão seriam 26 representantes

- d) Representação por realidade e peculiaridades regionais.
- e) Por proximidade dos Estados
- f) Melhor e maior intercâmbio entre os participantes das comissões
- g) Custo menos oneroso para sua atuação
- h) Maior facilidade para sensibilização e mobilização das Comissões e de novos.

Alguns riscos possíveis:

- a) Dificuldade em coordenar várias comissões.

Para superar esta dificuldade, que cada Estado monte uma estratégia de ação que a minimize.

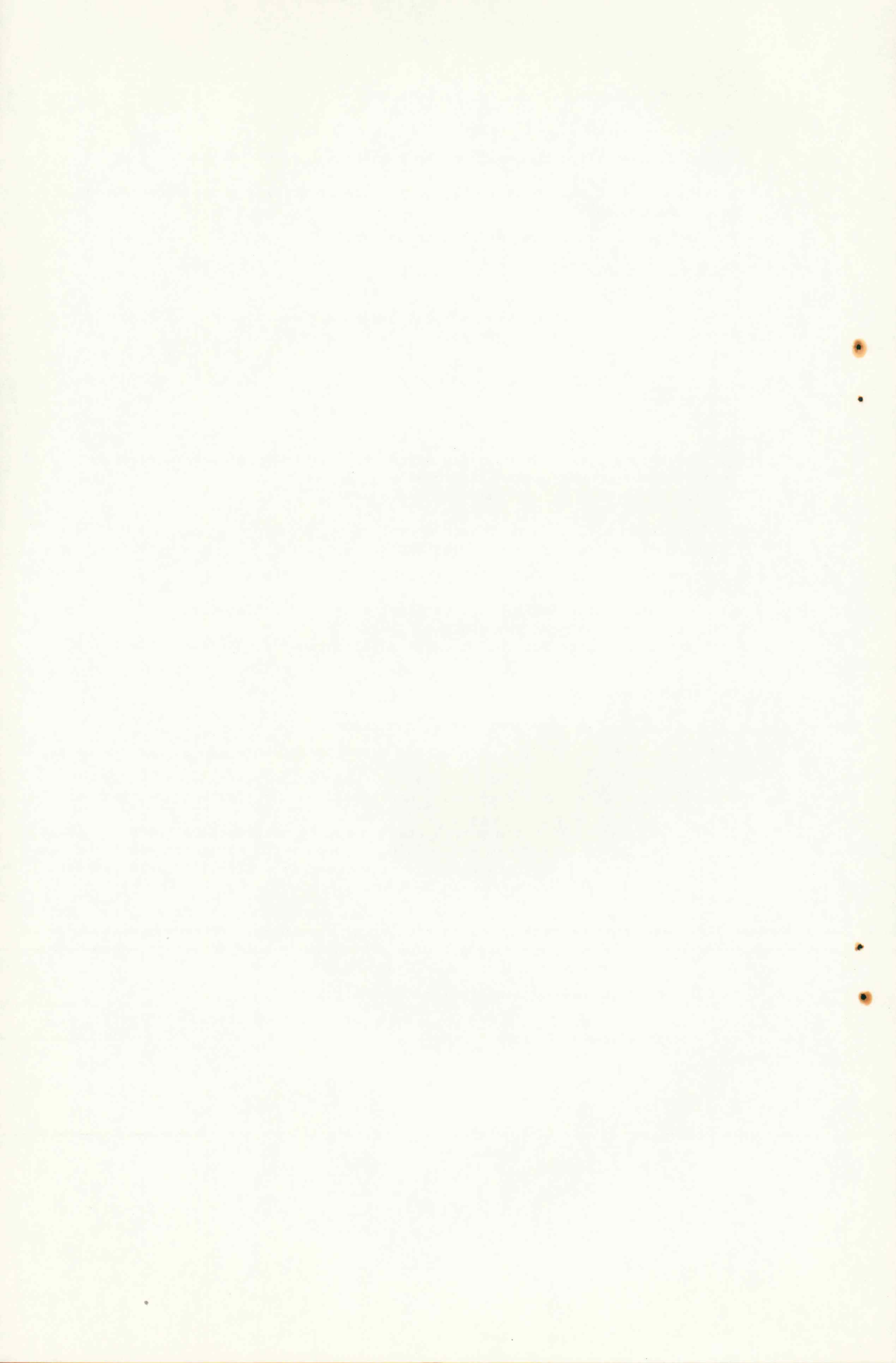
- b) Dificuldade de gerar recursos financeiros, para sustentação do movimento.

Sugestão: Se o UNICEF tem por objetivo o amparo à criança em todos os níveis de carência, não surgiu ainda nenhum outro movimento que tenha um propósito tão forte que efetivamente operacionalise esta proposta libertadora como este movimento.

Que se crie o Fundo Perdido, com recursos do UNICEF e outras Instituições públicas e particulares, nacionais e internacionais, a partir de ampla ação política articuladora pelo movimento e com o apoio do atual grupo de Coordenação.

- c) Dificuldade da Representatividade ser legítima.

- que a eleição seja feita observando os critérios traçados no perfil do Representante Nacional:



## 5 - Perfil do Representante Nacional

- a) ter um trabalho de base comprometido com a filosofia das comissões, Locais e Regionais e que privilegia a Ação Libertadora.

OBS: Guardando a autonomia de decisão do Grupo Regional, em casos de exceção

- b) privilegiar elementos participantes da caminhada histórica da Comissão Local.
- c) possuir consciência crítica a fim de representar os nossos anseios, interesses e ideologia, estando disposto a constantes reflexões.
- d) que tenha uma postura firme e aberta, defendendo sempre os interesses da Região que representa.

GRUPO 2

Tema: COMISSÃO NACIONAL

Questões norteadoras do trabalho:

O que é a Comissão Nacional?

A quem se propõe?

Quem financia?

Quem compõem? Como será a eleição ou indicação dos compromissos?

Qual os seus objetivos? Filosofia? Funções?

Qual a sistemática de trabalho?

Qual o prazo de vigência, dos Representantes?

A Comissão Nacional

- 1 - Comissão Nacional é um grupo de pessoas, comprometidas com a filosofia libertadora do movimento Meninos de Rua, eleito pelas Comissões Locais e ou Estaduais Regionais.
- 2 - Objetivos -
  - a) articular, mobilizar, assinar e facilitar a criação de novas Comissões, sendo estimuladores dos iniciadores regionais.
  - b) ser canal para se chegar ao Poder Central, denunciando o genocídio contra os meninos e exigindo ações que culminem com a salva guarda dos direitos da criança.
  - c) legitimar o movimento a nível nacional afim de que se torne uma força política.
  - d) desenvolver um trabalho de ação libertadora, criando uma consciência crítica que transforme as estruturas injustas dessa Sociedade.
  - e) somar esforços com movimentos populares engajados na luta pela libertação dos oprimidos (como: CUT Consciência Negra, CEBs, Sindicatos, Associações de Bairro e favelados).
  - f) em conjunto com a Coordenação do Projeto, com as Comissões Regionais, promover seminários, simpósios, congressos etc., para troca de experiências, montagem de estratégias de ação e revisão da caminhada.



- g) criar condições alternativas de divulgação do movimento, priorizando a Ação Libertadora convocando a comunidade a assumir a corresponsabilidade pela causa do menino através de: folhetos, cartilhas populares, jornal do movimento, literaturas de Cordel, teatro popular etc.
- h) criar uma Central de Informações e Documentações capaz de aglutinar todos os dados das experiências nacionais para uma irradiação da filosofia do movimento e realimentação das Comissões.
- i) dinamizar todas as informações para que cheguem rapidamente as bases.

### 3) - Sistemática de Trabalho

- a) A própria Comissão Nacional elabora a sua sistemática de Trabalho
- b) Propomos que as Comissões regionais se encontrem pelo menos 2 vezes por ano, para discutir, avaliar e redimensionar o trabalho.

### 4) - Organização e Estruturação

A Comissão Nacional deverá ser constituída por 3 representantes eleitos de cada região geográfica.

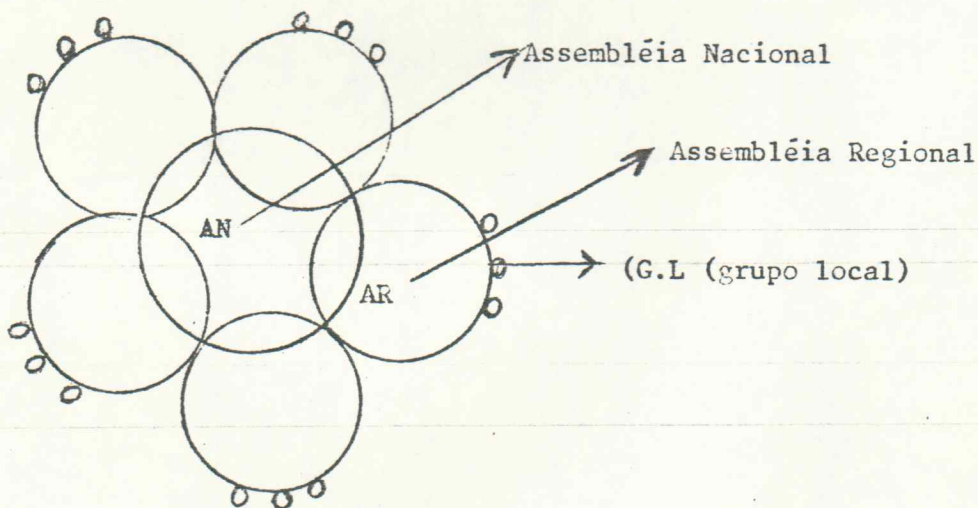
## GRUPO 3

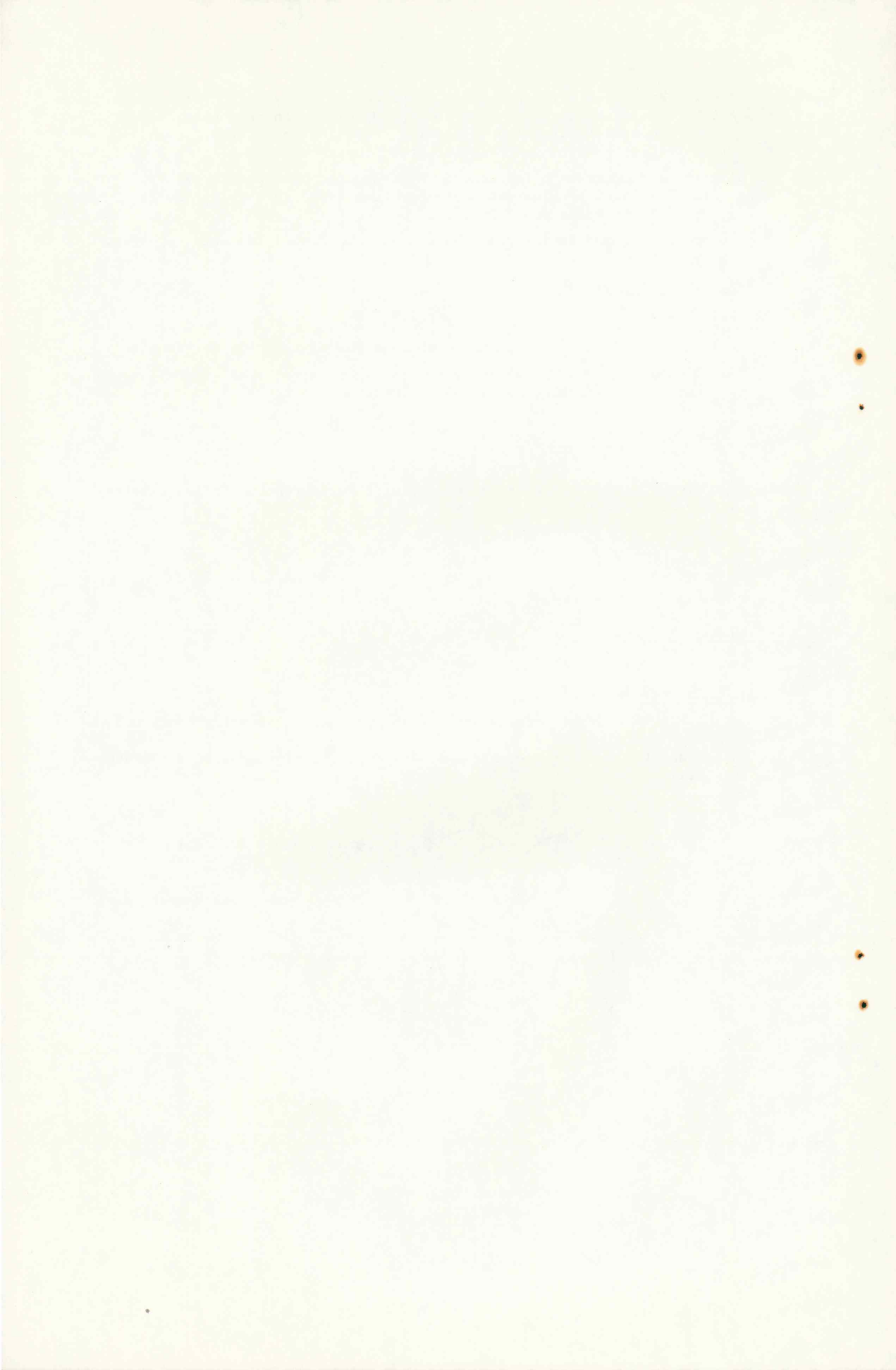
### ARTICULAÇÃO NACIONAL

Organização - Se dá em 3 instâncias:

Grupo local - Assembléia Regional - Assembléia Nacional.

- 1 - Os componentes ou os representantes dos grupos locais constituem a Assembléia Regional.





2 - A Assembléia Regional escolhe através de votação:

- a) A Coordenação Regional
- b) Os Representantes para Assembléia Nacional
- c) Elege 2 integrantes da Comissão Nacional

3 - A Comissão Nacional será constituída num prazo de 3 meses por elementos eleitos nas Assembléias Regionais, sendo 2 de cada Região.

4 - Nos próximos 3 meses um grupo provisório, escolhido neste Encontro, constituído por 2 elementos de cada Regional, terá a função de articular em suas respectivas Regionais Assembléias que elegerão 2 integrantes da Comissão definitiva.

a) No final dos 3 meses, os integrantes da Comissão farão a sua primeira reunião.

b) Os critérios serão aqueles estabelecidos neste Encontro Nacional.

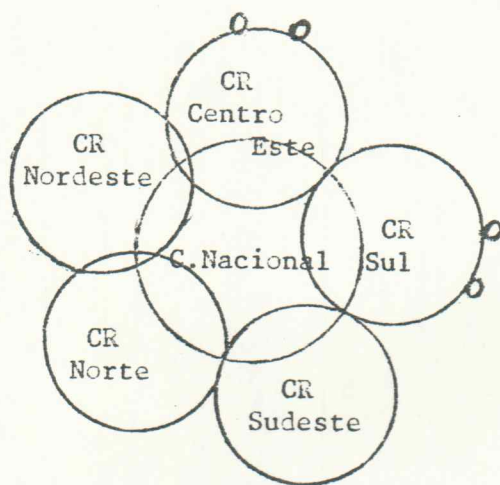
5 - A Comissão Nacional terá mandato de um ano.

6 - A denominação deste movimento deverá ser escolhida pelos meninos/as.

Obs: A Comissão Nacional presta conta à Assembléia Nacional.

A Assembléia Nacional analisa esta prestação de contas e define linhas básicas de ação e prioridades para o movimento.

ESQUEMA :



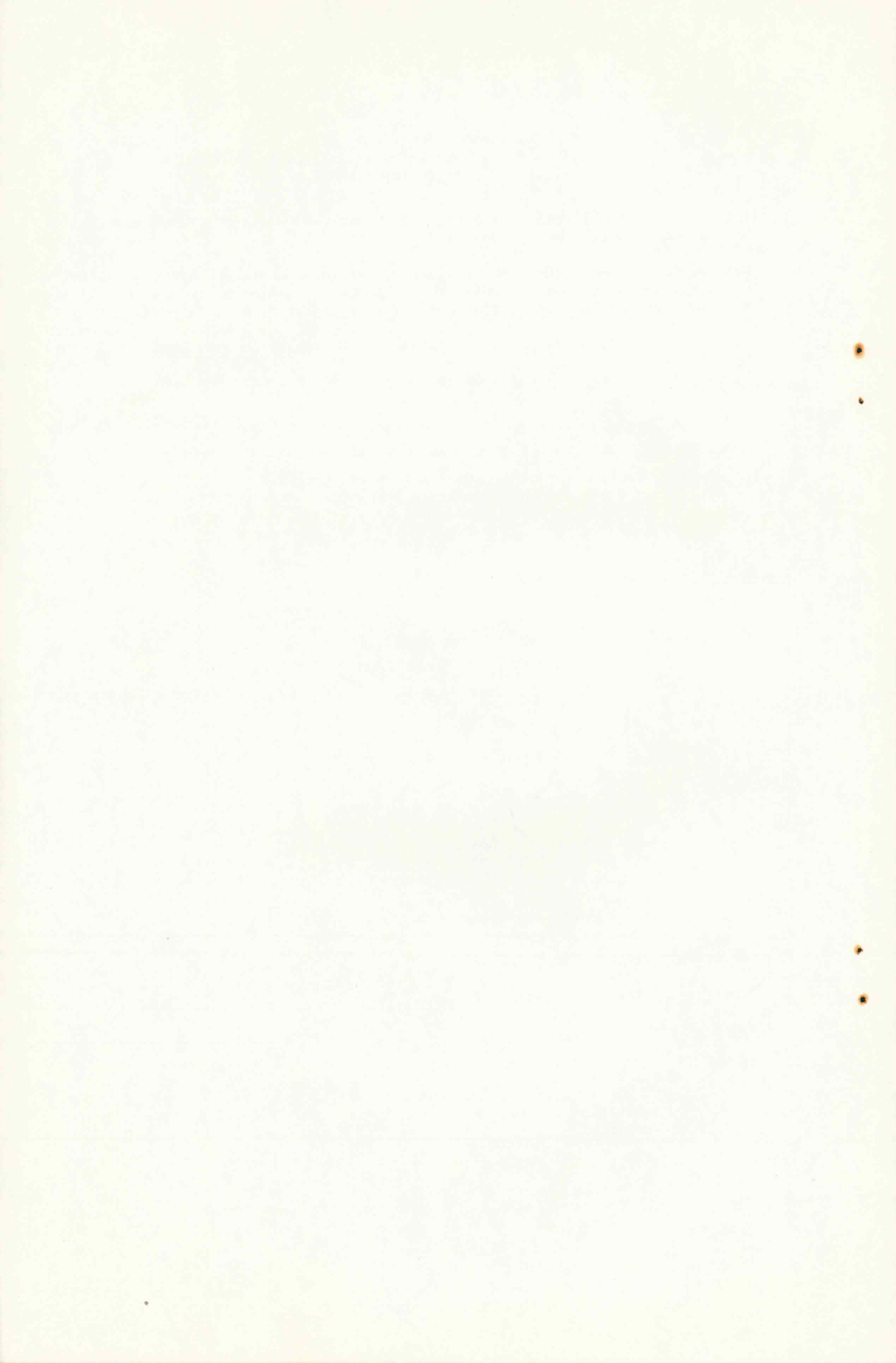
Obs: Que o Gráfico seja composto pelas Comissões Locais.

5 - Critérios da Sub-divisão Regional

6 - Perfil do Representante Nacional

7 - Funcionalidade

O grupo de Coordenação do Projeto deverá caminhar junto com os novos coordenadores nacionais num assessoramento, justificável por sua profunda experiência de Trabalho.



Nos preocupa desde já a liberação de uma sede de trabalho que acolha os novos coordenadores para Central de Documentação e Informações além de materiais e equipamentos adequados ao funcionamento da C.N.

Sugerimos que neste ano e meio a sede seja no Rio de Janeiro e após este período, em Brasília na sede do UNICEF e que disponha de infra estrutura necessária.

Os recursos financeiros para manutenção da Comissão Nacional serão fornecidos nesta 1ª etapa pela

- a) UNICEF / Fundo Perdido
- b) Orçamento da União
- c) Busca de alternativas de geração de recursos.

Estes recursos deverão ser repassados para dinamização e articulação das Comissões Regionais e Locais.

A Comissão Nacional deverá constituir-se como entidade jurídica, a fim de ter possibilidade de angariar Recursos.

#### PRAZO DO MANDATO

O prazo previsto será de 1 ano de mandato para a Coordenação Nacional sendo de:

- 1 mes para legitimação;
- 6 meses para avaliação

O Representante poderá ser reeleito ou não, a critério de cada Região.

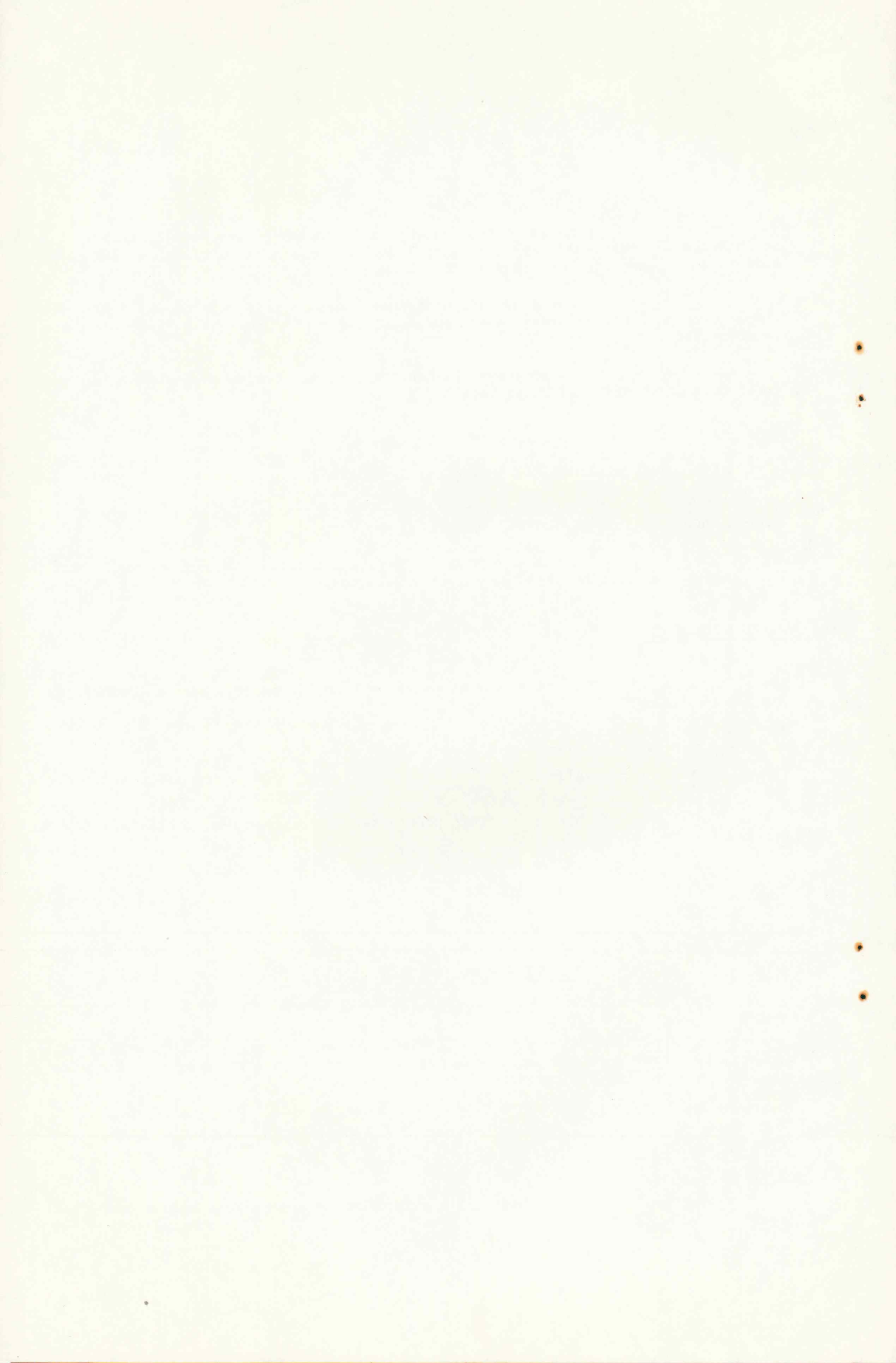
#### GRUPO 3

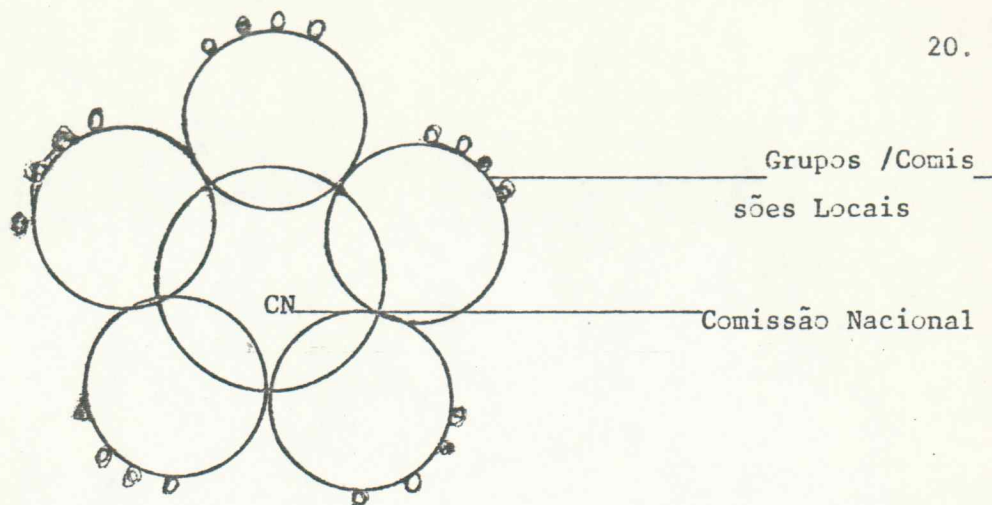
#### CRITÉRIOS PARA NACIONAL

Que neste Encontro Nacional se definam os critérios de formação, papel, estrutura e que os componentes desta Comissão sejam eleitos em Encontros realizáveis no máximo até setembro.

#### PAPEL DA COMISSÃO

Organograma da Comissão Nacional e suas relações com as Regionais e com as bases:





Dentro deste Organograma saiu o seguinte papel:

- Fortalecer uma postura diante do menino / menina de rua, dentro dos objetivos, critérios e filosofia que permeia o movimento.
- Articular nos níveis Regional e Local as formas de serviços necessários ao fortalecimento do movimento.

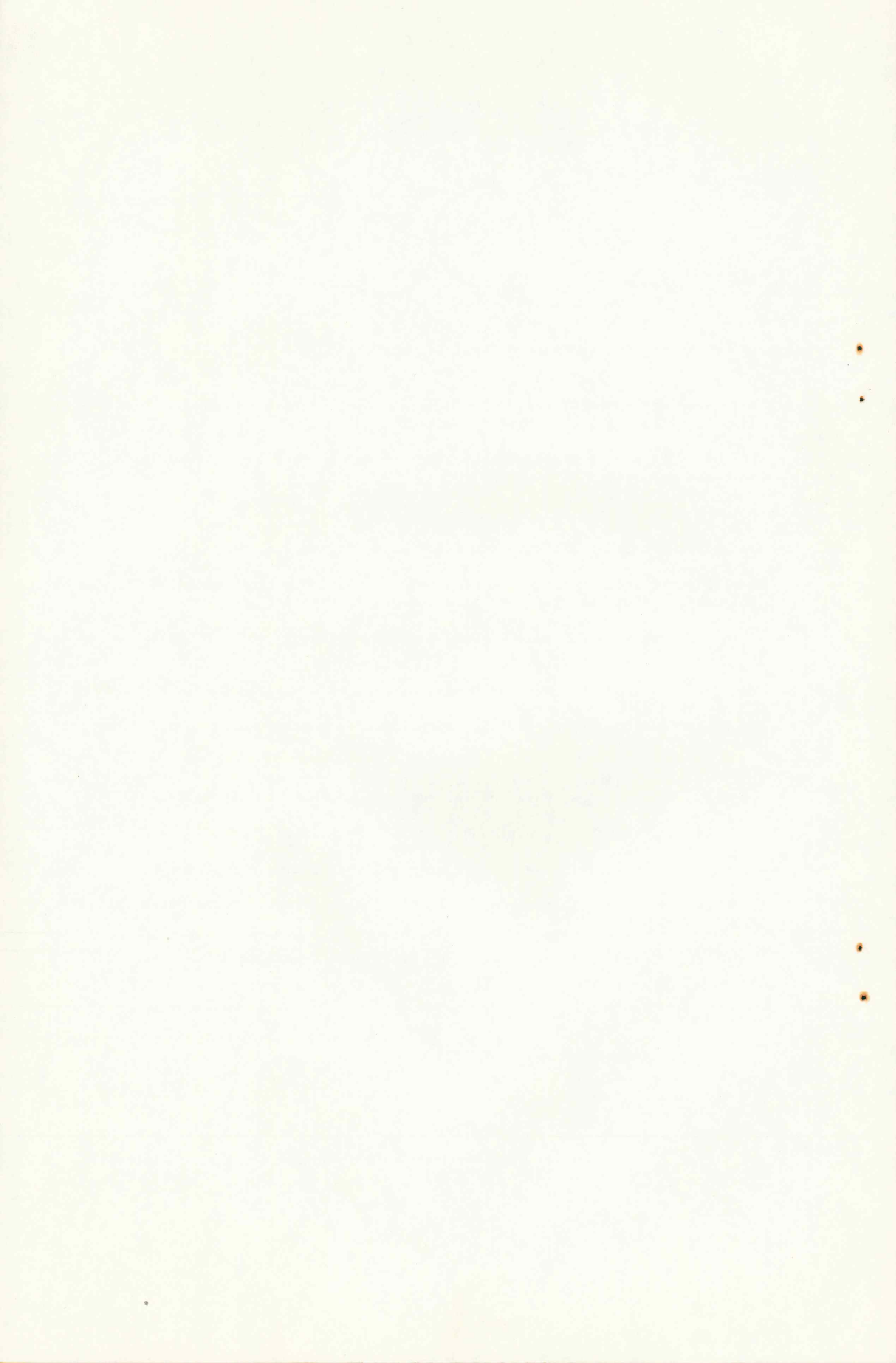
Exemplo:

- Assessoria técnico-administrativo financeira, pedagógica, etc.
- Identificar e indicar fontes de recursos necessários à continuidade de programas (Não caberá à Comissão repassar recursos p/ programas).
- Definir prioridades de apoio e atendimento a programas junto às Comissões Regionais.
- Promover o intercâmbio entre as Comissões Regionais, Grupos Locais e Programas.
- Documentar e divulgar experiências identificadas como de acordo com a Filosofia do Projeto.
- Promover uma pesquisa ampla sobre a questão do menor, debatendo, analisando e divulgando os resultados, para que informe o encaminhamento das ações.
- Traduzir para as bases as artimanhas da linguagem oficial.
- Denunciar as arbitrariedades cometidas nos diversos níveis de Poder.
- Fortalecer as reivindicações das bases, levando aos canais competentes (MEC, TRABALHO, SAÚDE, etc.).
- Conquistar espaços para que ações comprovadamente transformadoras sejam multiplicadas.

#### GRUPO 4

#### ARTICULAÇÃO NACIONAL

Quando a possibilidade de organizar a Comissão Nacional?



Todos concordam que deve ser organizada a Comissão Nacional. Não havendo consenso quanto ao momento.

- Dois votos favoráveis a criação da Comissão Nacional já, nêsse encontro, pois seria um passo importantíssimo no fortalecimento do nosso movimento compreendendo que as causas que impulsionam nosso movimento não são de caráter local e sim, nacional.
- Uma abstenção, com a consideração de que só discutamos essa questão depois de amadurecida, aqui à tarde, nas regionais, os papeis, critérios e condições para criação da comissão.
- Quanto aos demais votos (sete) não houve aquiescência, considerando que só foi realizado um encontro regional, encontro êsse, provocado pela Coordenação do Projeto não existindo também, um maior aprofundamento local e regional quanto essa questão.

PROPOSTA 1: A Comissão de Belém sugere um Encontro Nacional, daqui há 3 meses, para se formalizar a Comissão Nacional e que nesse meio tempo, seriam organizadas as comissões regionais.

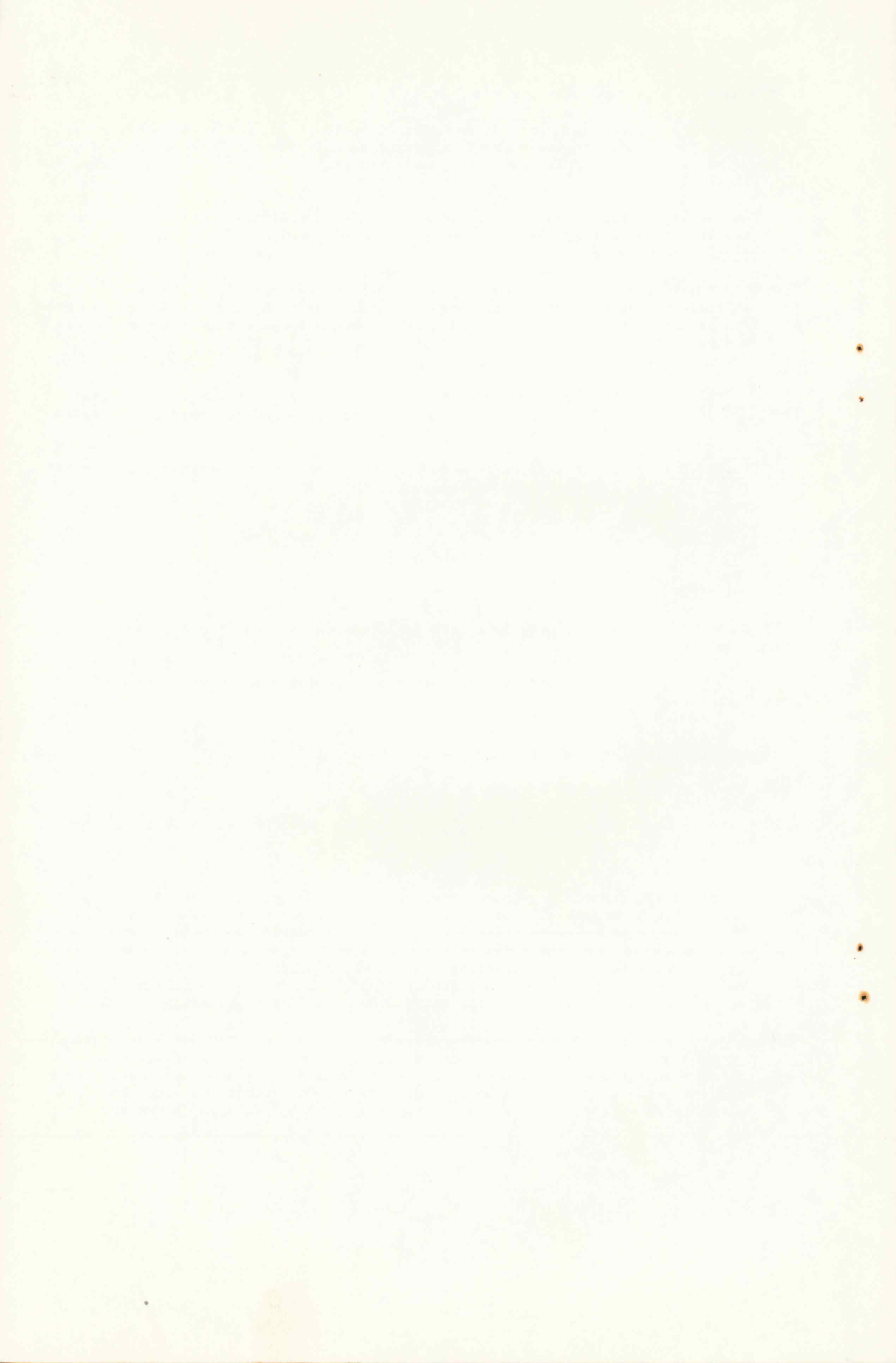
PROPOSTA 2 : Que à tarde as regiões se reúnam e discutam sua posição quanto a formação da comissão nacional.

#### GRUPO 5

O Grupo composto de 10 elementos, representa 16 comissões locais em 8 Estados.

Tentamos responder a 3 perguntas referentes à Estruturação do Movimento:

- 1 - Deverá sair deste encontro Uma Comissão Nacional formalizada?
  - 2 - Que configuração terá o grupo de Apôio?
  - 3 - Devemos fortalecer comissões regionais ou estaduais? De que maneira se organiza o trabalho estadual?
- 1 - Quanto a 1ª pergunta o grupo unanimemente concorda que é imatura a criação de uma Comissão Nacional; Se faz necessário ainda fortalecer mais as comissões locais, dando-lhe representatividade. Dessa forma, em 1ª instância nossa atuação deve se dar no município através das Comissões Locais. Em caso aonde haja regiões administrativas específicas e atuantes, se trabalharia em 2ª instância as sub-regiões. O 3º passo é a unidade estadual, e o 4º passo, o Nacional, que não necessariamente deva passar pelo Estágio de comissões Regionais.
  - 2 - Quanto ao Grupo de apoio, foi reconhecida a validade e importância do atual grupo de apôio, sentindo-se no entanto que hoje ele deve ser revisto. O grupo de Apôio deve ser eleito neste Encontro representando o Estado, juntamente com um suplente, que só atuará na ausência do titular. Os Estados que ainda hoje não estão representados, deverão ser estimulados pela Coordenação do Projeto. Atual



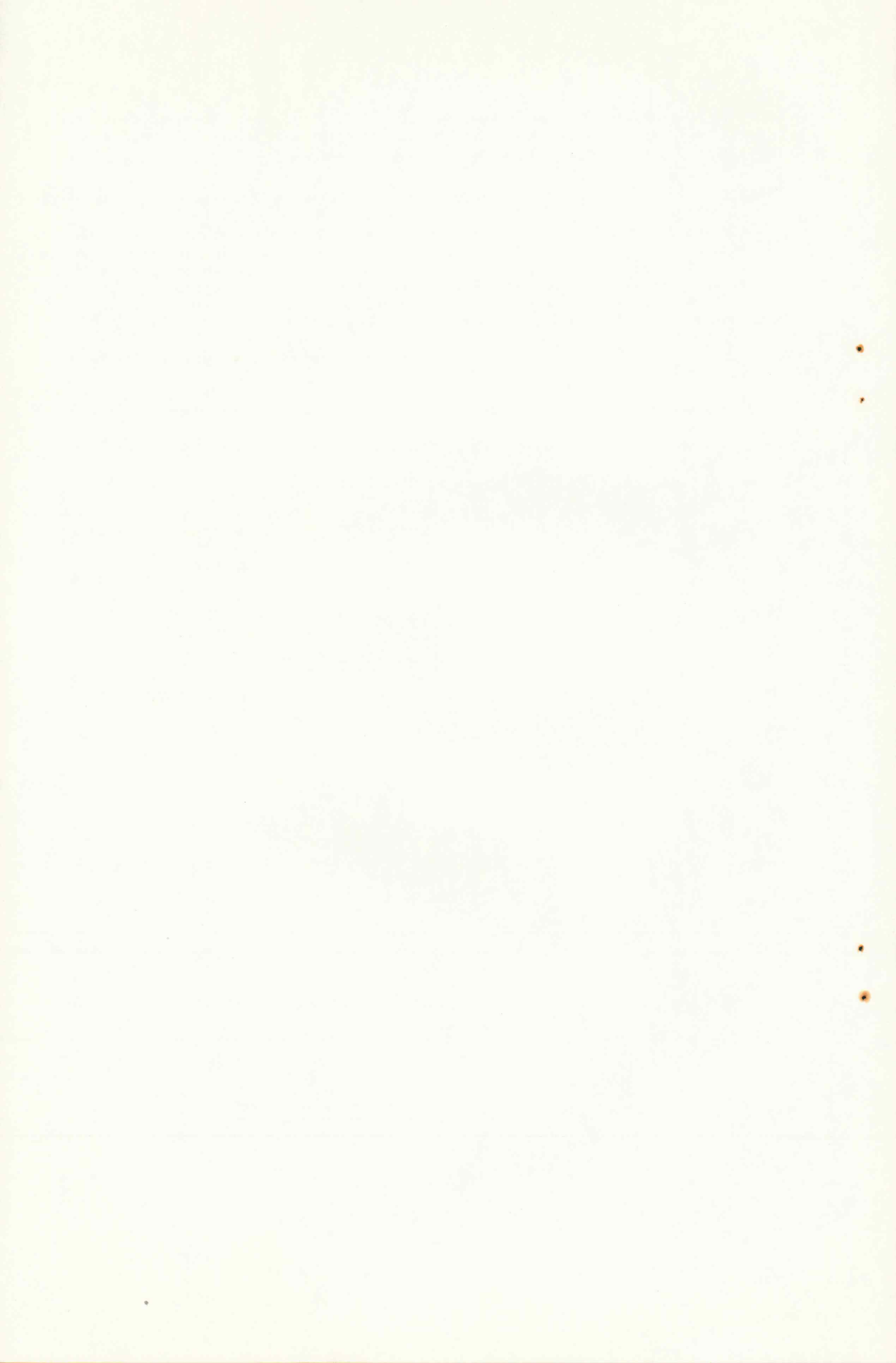
mente deve ser representante do movimento e não do projeto, e necessariamente ser representante das Comissões. Sua função seria articular e repassar informações para a próxima etapa, qual seja da organização do movimento no Estado.

- 3 - A Comissão Estadual seria consequência do trabalho da Comissão Local, que operacionalizaria o movimento da seguinte forma:

Através de contatos, preferencialmente através do órgão executor da FUNABEM, utilizando apóio financeiro do projeto p/ locomoção e eventuais encontros, como também utilização dos recursos do próprio órgão executor. Quanto aos prazos sugere-se 120 dias p/ realização do 1º encontro a nível de micro-região estadual, e mais 60 dias para o encontro a nível estadual, usando o fortalecimento dos movimentos estaduais com vistas ao movimento nacional.

O grupo referendou seu posicionamento da manhã, alterando o seguinte ponto:

- Criar-se a Comissão Nacional já, com eleição dos membros por Estado, com mandato provisório.
- Esta Comissão Nacional terá as funções do que pela manhã destinamos ao Grupo de Apóio.
- O atual grupo de apóio deverá se dissolver.



"REGIÃO NORTE"PROPOSTA:

- Eleição de uma comissão provisória com mandato de 3 meses que terá como atribuições, detecção, estimulação e multiplicação do envolvimento de novos grupos locais e a realização de uma Assembléia Regional Eletiva p/escolha dos membros das comissões Regionais e desta

- Que se analise nessas assembléias a questão da corporificação Jurídica das Comissões Regionais.

- Quanto aos representantes para a Comissão Nacional sugerimos que sejam 2 de estados diferentes e, que pertençam as comissões regionais, facultando assim, o intercâmbio das diversas realidades e fortalecendo a representativa regional.

- Que a (composição dinamismo) do movimento se processe através da articulação em 3 instâncias:

- 1 - Local (Prestação de conta) avaliariam e Regional
- 2 - Regional (comissão Regional/Assembléia Regional)
- 3 - Nacional (comissão Nacional/Assembléia Nacional)

Entendemos que só assim é que este movimento realmente se caracterizará como um grande movimento popular para libertação dos Oprimidos, em especial a dos Meninos(as) de Rua.

Sugerimos, também, que, ao entrar em contato com novos grupos de trabalho em prol dos meninos(as) de rua, os Representantes Regionais da Comissão Nacional provisória tornem conhecido a filosofia e caminhada do Projeto - movimento até o momento atual, tendo em vista uma preparação para Assembléia Regional, da qual sairá os legítimos nomes para a Comissão Nacional.

Observe-se que para se efetuar tais eleições é necessário que os membros escolhidos estejam inseridos dentro dos critérios estabelecidos pelos princípios filosóficos norteadores do Projeto, e "agora" movimento.

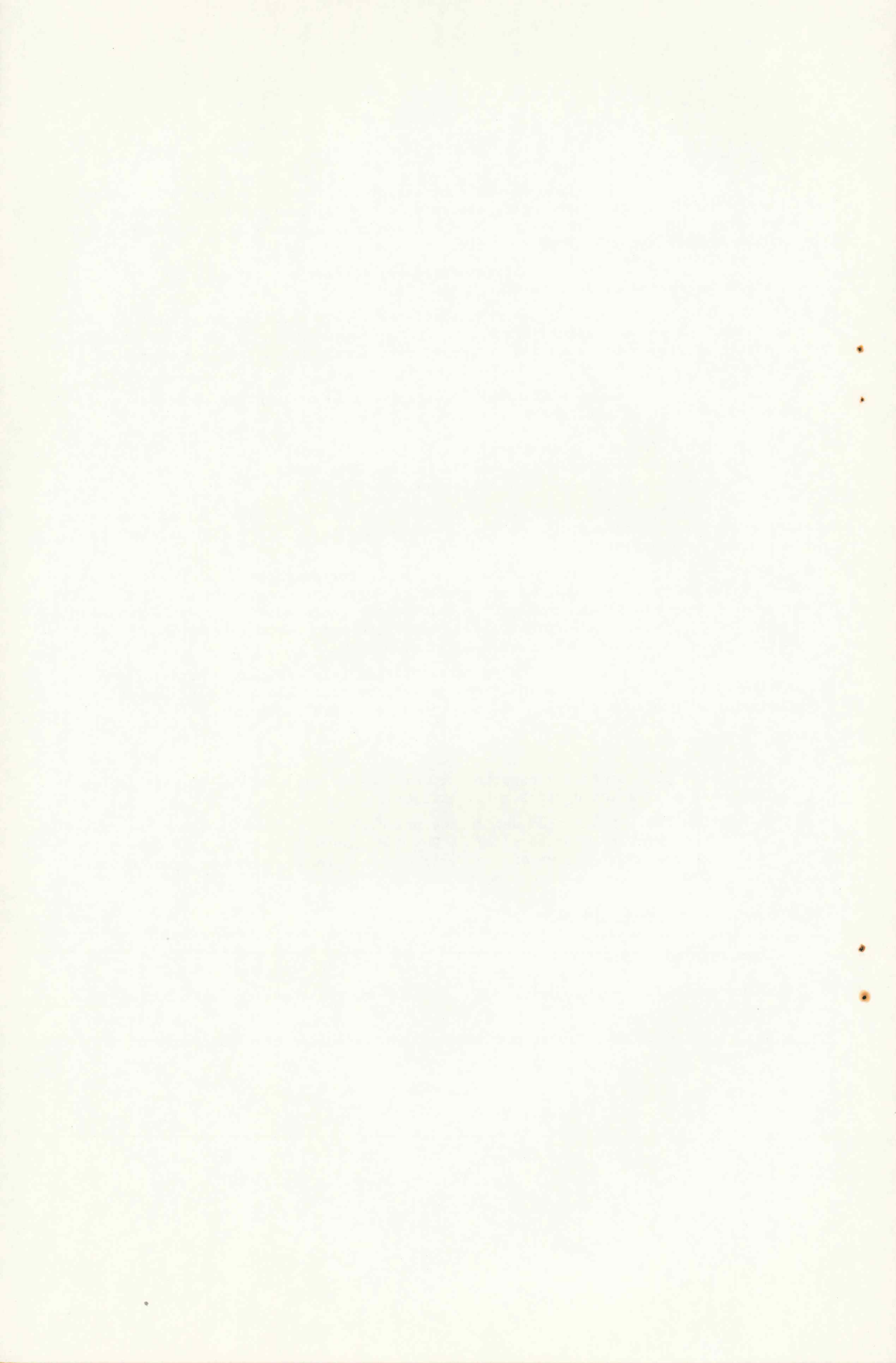
Destacamos:

- . ter participação e compromisso com a causa dos meninos, e, mais amplamente e todas categorias marginalizadas.
- . desenvolver uma ação dentro dos princípios que movem os trabalhos existentes. Ter os meninos/as, de Rua como ponto de partida e de chegada, respeitando seus valores e perspectivas; Transformar numa ação de reciprocidade entre participante menino.

QUESTÕES A SEREM DISCUTIDAS:

- 1 - Quem responde juridicamente?
- 2 - A funcionalidade desta Comissão Nacional (sede, recursos, grupo executivo, entre outros).

Que as questões executivas continuem com a Coordenação atual do Projeto.

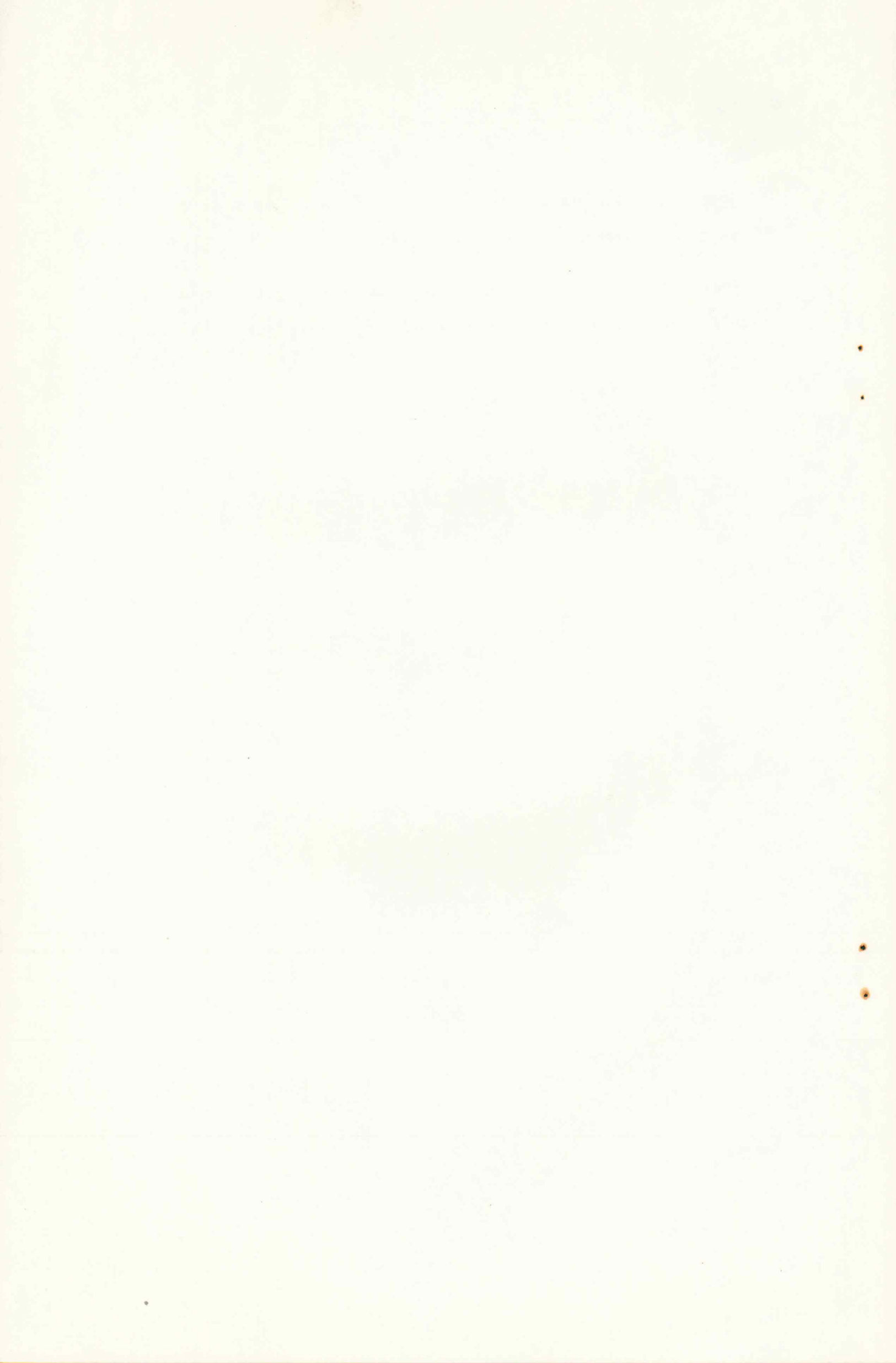


GRUPO 3

- Provocar e estimular a mobilização e organização de Grupos de meninos.
- Estimular a população, especialmente a oprimida, a se mobilizar juntamente com os meninos.
- Envolver o movimento do menino de Rua nos movimentos populares e vice-verso.
- Priorizar nas reflexões e discussões, a relação do poder dentro dos programas (adulto/criança - ação educativa).

OBS: Folha entregue sem identificação de tema.

/cbb.



ENCONTRO NACIONAL DE COMISSÕES REALIZADO  
EM BRASÍLIA DE 13 À 16/06/ 1985

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

GRUPO 1

Pe. RAMIRO LUTENA AMIGO  
Rua Dom Bosco, 90 - Telef: 541-0201  
JABOATÃO / PE  
CEP. 54.000

MARIA LUIZA RIBEIRO GAMA  
Rua Ferreira Leite, 195/301 - Abolição - Telefone: 593-5857  
RIO DE JANEIRO / RJ  
CEP. 20.750

GLACI MARIA COSTA VIEIRA DA CUNHA  
Rua Mucio Teixeira, 880/301  
PORTO ALEGRE / RS  
CEP. 90.000

ANA MARIA REZENDE GONÇALVES  
Rua Henrique Setti, 471 - Telefone: (0437) 22-0291  
JACAREZINHO / PR  
CEP. 86.400

REINALDO BULGARELLI  
Rua Eloi Cerqueira, 46 - Belenzinho - Telefone: 93-0277  
SÃO PAULO / SP  
CEP. 01000

HELENA PALUDO SOUZA  
Rua Naves, 1330 - Telefone: (0452) 24-1881  
CASCADEL / PR  
CEP. 85.800

JEANETTE DIAS RODRIGUES  
Rua Porto das Flores, 273/201 - Santa Luzia - Telefone: 213-1616  
JUIZ DE FORA / MG  
CEP. 36.100

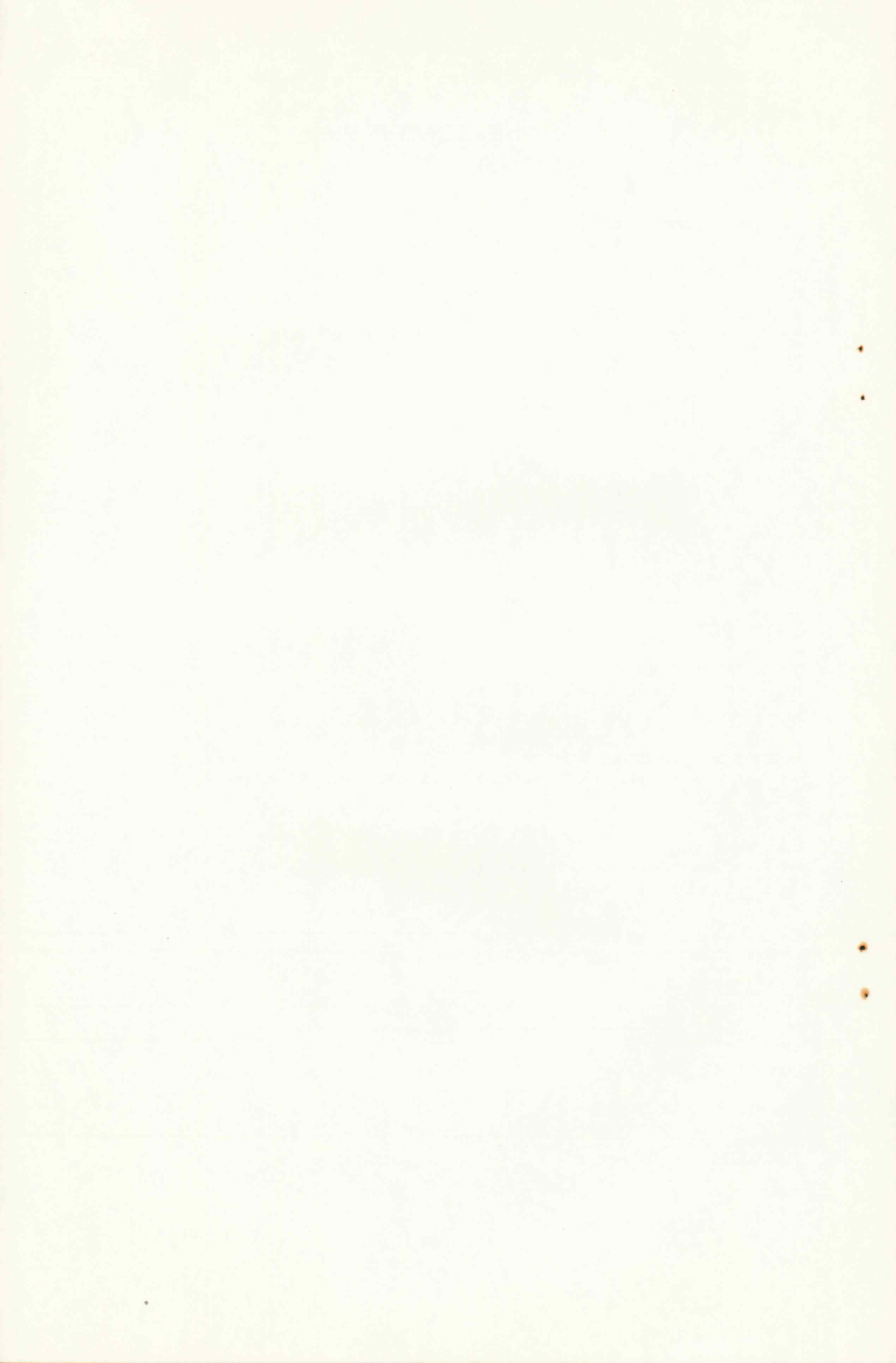
TEREZINHA MARAFON  
Rua Nereu Ramos, s/nº Secretaria Oeste - Telefone: 22-0113  
CHAPECÓ / SC  
CEP. 89.800

SABINA DA SILVA MARQUES  
Rua Sorocaba, 86 - Bairro Verdão - Telefone: 322-2991  
CUIABÁ / MT  
CEP. 78.000

---

GRUPO 2

JOÃO WILSON LIMBERGER  
Rua Maranhão, 1651 - Telefone: (0452) 64-1556  
MEDIANEIRA / PR  
CEP. 85.870



ROSELEI APARECIDA MACHADO VIANA  
 Rua Arthur Assis, 31 - Boqueirão - Telefone: 32-7702  
GUARUJÁ / SP  
 CEP. 11.400

MARIA STELLA SANTOS GRACIANI  
 Rua Bela Cintra, 1332/21 - Bela Vista - Telefone: 280-6892  
SÃO PAULO / SP  
 CEP. 01000

DENISE MAIA CORREIA DE ALBUQUERQUE  
 Av. Antares, 1076 - Recando dos Vinhais - Telefone: 223-1034  
SÃO LUIS / MA  
 CEP. 65.000

JOSELYS FROES RESENDE  
 Rua Wanderley de Pinho, 2870/1303 - Itaigara - Telefone: 240-2005  
SALVADOR / BA  
 CEP. 40.000

FRANCISCO JACOB PAIVA DA SILVA  
 Rua Ambrósio Aires, 385 - São Jorge -  
MANAUS / AM  
 CEP. 69.000

ULDA BALDISSERA  
 Rua Nereu Ramos, s/nº - Secretaria Oeste - Telefone: 22-0113  
CHAPECÓ / SC  
 CEP. 89.800

Ir. NEYDE BUENO DE ARRUDA  
 Rua Pedro Celestino, 1980 - Telefone: 383-1762  
CAMPO GRANDE / MS  
 CEP. 79.100

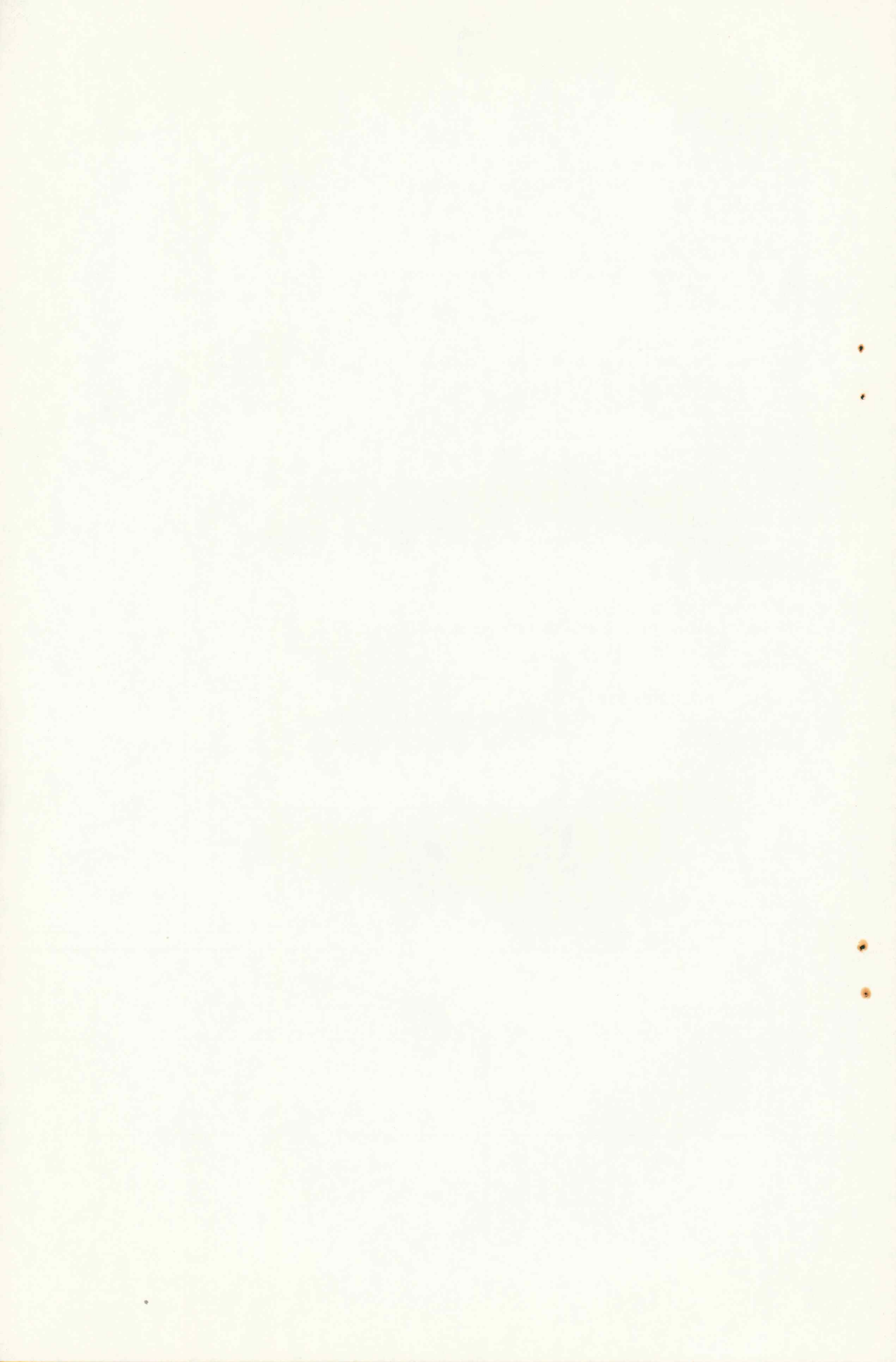
ZUMA DE CARVALHO DUARTE  
 Rua Cafelândia, 171 - Centro - Telefone: (011) 62.3346  
SÃO PAULO / SP  
 CEP. 01000

---

GRUPO 3

DEMÉTRIO DEMÉTRIO BARBOSA FERREIRA  
 Pça. Dom Vital s/nº - São José (Garagem da Igreja da Penha)  
 Telefone: 224-0464  
RECIFE / PE  
 CEP. 50.000

Pe. BRUNO SECCHI  
 Trav. Padre Eutíquio, 2742 - Centro - Telefone: 224-1477  
BELÉM / PA  
 CEP. 66.000



TERESA CRISTINA RIBEIRO FRANCO  
 Rua Belisário Cunha, 451 - SÃO CRISTOVÃO -  
TEREZINA / PI  
 CEP. 64.000

MARIA MADALENA LANA GASTELOIS  
 Estrada dos Borges, 925 - Telefone: 414-1373  
BELO HORIZONTE / MG  
 CEP. 30.000

WANDERLEY DIAS GUERRA  
 Rua Das Begônias, 102 - Jardim Cuiabá - Telefone: 322-9146  
CUIABÁ / MT  
 CEP. 78.000

ASTA MARIA REIS  
 Conjunto Hileia II - Rua 23 - Casa 541  
MANAUS / AM  
 CEP. 69.000

SUELI TEREZINHA ABREU RORATO  
 Rua Maranhão, s/nº Telefone: 382-4677  
CAMPO GRANDE / MS  
 CEP. 79.100

ELSA SOARES DO CARMO  
 Rua Angatuba, 87 - Baeta Neves - Telefone: 448-6381  
SÃO BERNARDO DO CAMPO / SP  
 CEP. 09700

IMARA DE ANDRADE  
 Av. José Custódio de Oliveira, 1179 - Telefone: (0448) 23-1202  
CAMPO MOURÃO / PR  
 CEP. 87.300

MARIANA NOLASCO DE ANDRADE  
 Rua Castelandia, 303 - Cabilândia - Vila Velha  
VITÓRIA / ES  
 CEP. 29.000

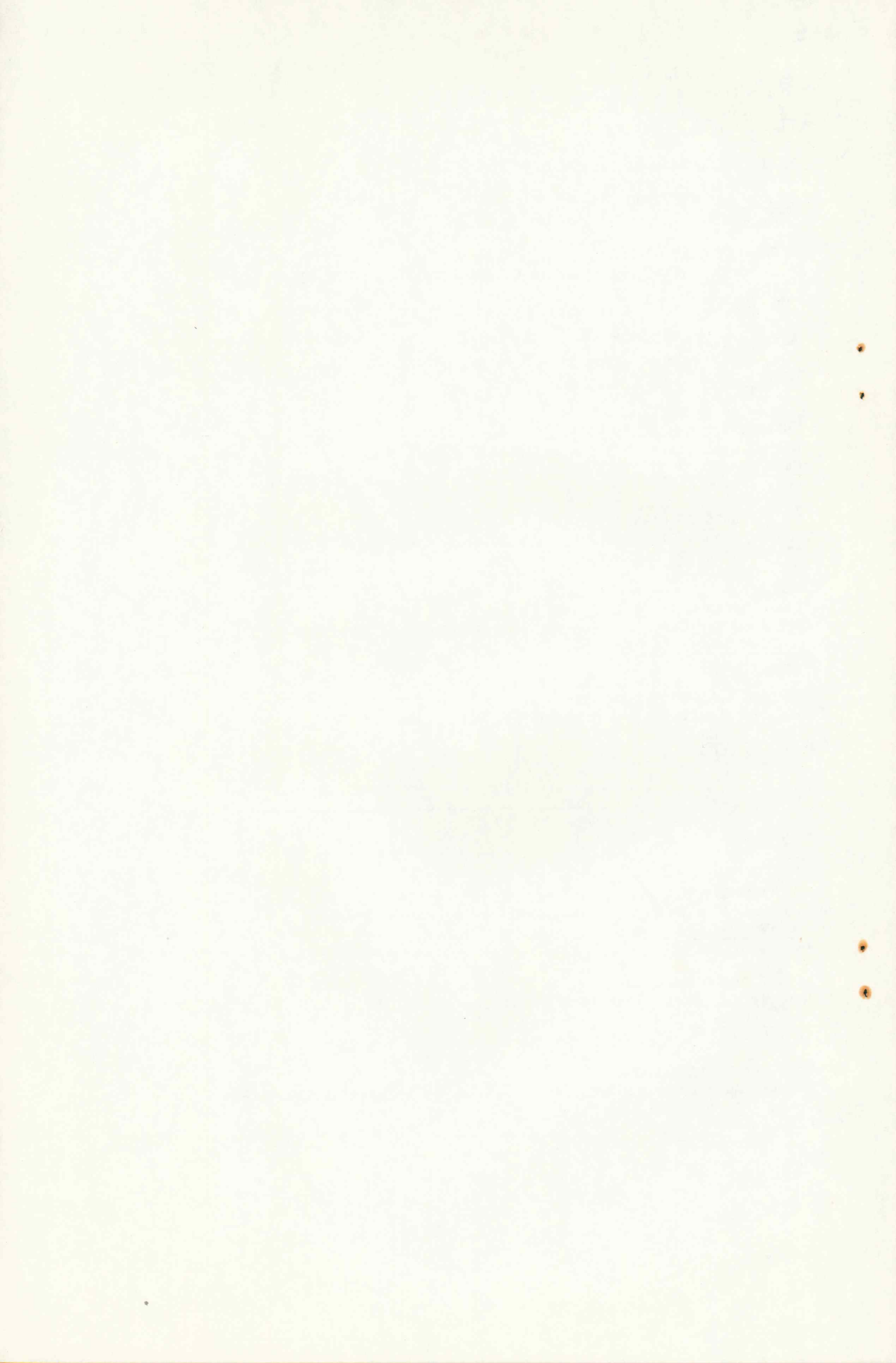
---

GRUPO 4

ORIS DE OLIVEIRA  
 Rua Manoel da Nóbrega, 817 - Paraíso - Telefone: 288-4394  
SÃO PAULO / SP  
 CEP. 01000

EUNICE APARECIDA LUCIO  
 Rua Clélia, 945 - Vila Pires - Telefone: 454-2518  
SANTO ANDRÉ / SP  
 CEP. 09000

MARIO DA COSTA BARBOSA  
 Rodovia Augusto Montenegro, Km 09 - Icoaraci - Telefone: 235-0188  
BELÉM / PA  
 CEP. 66.000



MARIA DAS MERCÊS MESQUITA

Rua São Jerônimo, 1271 - Horto Florestal - Telefone: 436-0011 Ramal 29

BELO HORIZONTE / MG

CEP. 30.000

ANA CRISTINA ALMEIDA SIMON

Rua Tamoio, 161-E - Rio Vermelho - Telefone: 248-7838

SALVADOR / BA

CEP. 40.000

MARIA TEREZA FARIAS DE ALMEIDA

Av. Norte, 3811/302 - Bloco B-4 - Tamarineira - Telefone: 429-1902

RECIFE / PE

CEP. 50.000

CECILIA AMIN CASTRO

Av. Antares, 1076 - Recanto dos Vinhais - Telefone: 223-1034

SÃO LUIZ / MA

CEP. 65.000

MARIA LUZIA LAMOUNIER

Rua Bernardo Guimarães, 895 - Funcionários - Telefone: 201-2297

BELO HORIZONTE / MG

CEP. 30.000

RAQUEL JURKIEWCZ

Rua Visconde de Guarapiava, 4303/06 - Telefone: 242-2416

CURITIBA / PR

CEP. 80.000

---

BRUPO 5 e GRUPO 6

Não identificados nos relatos entregues.

